

Rabo de Peixe Ciclo do Espírito Santo

No contexto dos Açores, no que às Festas do Espírito Santo diz respeito, a Ilha de São Miguel, constitui uma variante, grosso modo, conhecida por sistema das Domingas. As festividades na freguesia de Rabo de Peixe, Bandeiras, Coroas e Despensas, parecem formar uma sub-variante; isto é, não se enquadram nesse sistema.

Ribeira Grande Cidade sem Poder

O modelo de proposta autonómica que o Professor Doutor Carlos Amaral adianta, uma Terceira Via Autonómica, poderá, eventualmente, face à actual conjuntura político-partidária na Região Autónoma dos Açores, suscitar algumas reticências. Todavia, sabendo-se, é certo, da sua militância partidária, o Diálogo com ele foi mantido na sua condição de homem ligado aos estudos do domínio da Filosofia e da Ciência Política.

Ao nosso repto: "Os que lerem esta entrevista poderão, licitamente, acusá-lo de que está a defender as autarquias, agora que o PSD não é Governo e aposta tudo nelas; todavia, enquanto foi Governo nunca o fez. Na presente conjuntura, por motivos estratégicos, interessa defender a partilha do poder."

Professor Doutor Carlos Amaral: "Esta entrevista foi-me pedida na Universidade dos Açores e enquanto Professor universitário. Foi nesta condição que a assumi e é nela que a concedo. Por outro lado, não estou a apresentar hoje argumentos diferentes daqueles que tenho vindo a desenvolver há já largos anos. A prová-lo apontaria para os vários textos que tenho tido a oportunidade de publicar, no país e no estrangeiro, sobre estas questões das autonomias políticas

regionais no contexto do Estado e da própria União Europeia, desde, pelo menos, o momento em que comecei a desenvolver estudos de Mestrado e de Doutoramento nos Estados Unidos, no final dos anos 80. Ora, se a memória não me falha, nessa altura o PSD estava no poder, e permaneceu no poder, a nível autárquico, regional e nacional, por mais alguns anos... O que apresento mais não é do que o produto da investigação científica que tenho vindo a desenvolver sobre esta matéria ao longo dos anos e que espero, aliás, poder continuar. E apontaria ainda para outras razões que fazem com que a acusação seja de todo ilícita.

Se, por um lado, e tal como é evidente para todos, no momento presente, o PSD não está no Governo e é maioritário nas Câmaras Municipais da Região, por outro, não tenho qualquer dúvida, de que esta situação não se eternizará[...]. E, para além disso, sublinharia o facto de que sempre soube separar as águas e distinguir, em absoluto, a militância que mantenho, enquanto cidadão, num partido político, no caso concreto no PSD, da actividade científica que desenvolvo na Universidade dos Açores. Nesta última condição, não possuo qualquer preferência partidária, pautando as actividades que desenvolvo exclusivamente por



parâmetros de ordem científica. Enquanto Professor Universitário, não tenho partido político. E, tanto assim é que eu próprio tive a oportunidade de propor ao Senhor Presidente do Governo Regional a celebração de um Protocolo de Cooperação com vista ao desenvolvimento de trabalhos de investigação de interesse comum: da Universidade e do Governo Regional, independentemente da cor partidária de quem o exercer. Este Protocolo, aliás, já foi negociado, aguardando-se apenas a calendarização da sua assinatura.

Após os 'Diálogos' com o arquitecto José Manuel Fernandes, em torno do espaço físico da Cidade, com o sociólogo Licínio Tomás, centrado nas pessoas da Cidade, propomos um 'Diálogo' de 'mangas arregaçadas', despidido de quaisquer bandeiras partidárias, com o politólogo Carlos Amaral, tendo como epicentro a avaliação do peso político da Ribeira Grande no contexto insular. É uma maneira de continuar a celebrar os 20 anos de Cidade.

DIÁLOGOS PÁG. 3

Nortadas Açores, Natureza Intacta



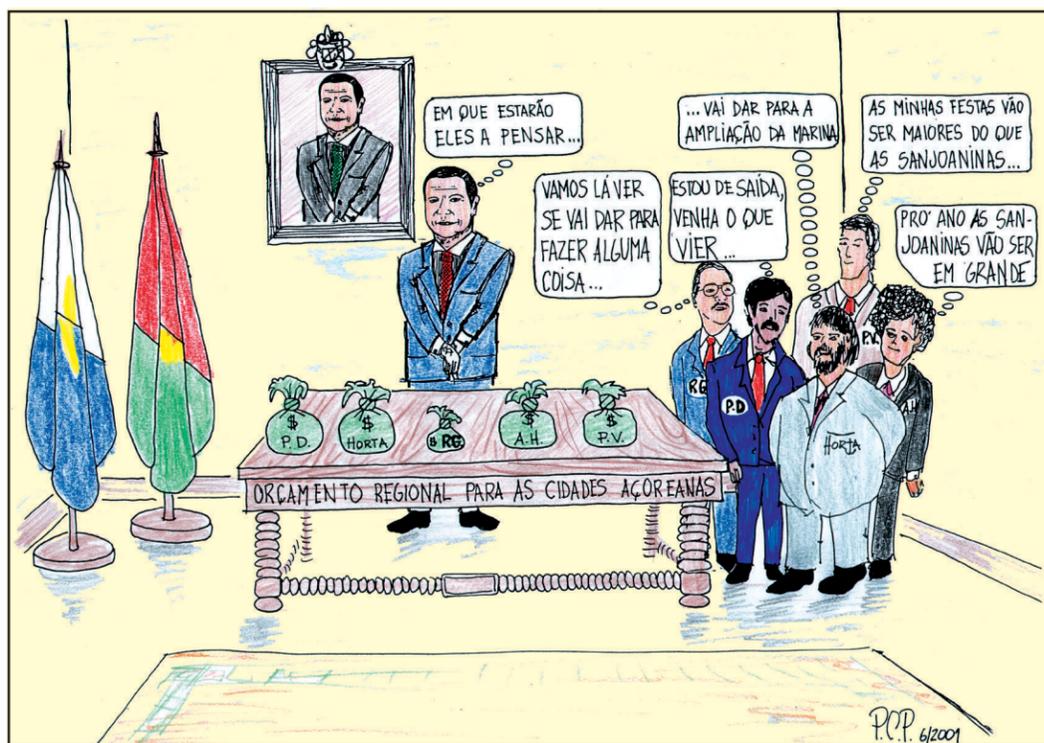
PÁG. 11

Ribeira Grande Crescer com Regras



A Ribeira Grande tem uma proposta de Plano de Urbanização feito "à medida", com limitações inaceitáveis resultantes de uma filosofia que tem de ser recusada.

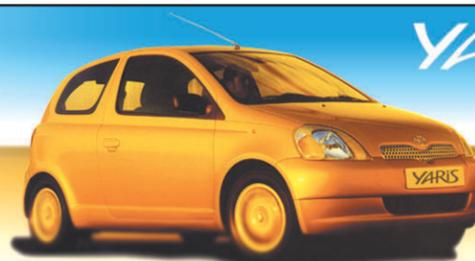
PÁG. 8



TOYOTA



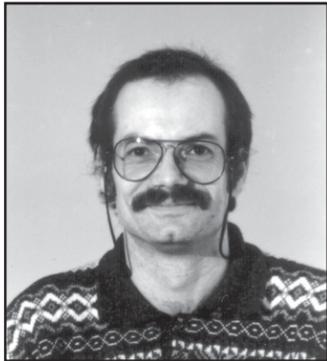
RUI & GASTÃO, LDA.
Praceta da Pranchinha, N.º20
Telef. 296 304 900 - Fax 296 304 919
9500 Ponta Delgada



Crie a sua história

PLANTAS USADAS NA MEDICINA POPULAR (2)

Poejo



O poejo é uma das espécies mais citadas em toda a bibliografia relativa a plantas medicinais e aromáticas. Para além de ser um dos chás mais apreciados para terminarmos uma refeição, o poejo apresenta propriedades estomacais, favorece as digestões, combate os gases

intestinais e serve para a preparação de licores. No concelho da Ribeira Grande, encontramos a utilização do poejo com fins bastante diferentes. Assim, num inquérito que efectuamos em 1992, em Rabo de Peixe um inquirido referia que a planta era usada em chá “para acalmar os nervos e deve ser tomado de manhã, à noite e ao deitar”. Por seu turno, uma moradora dos Calços da Maia dizia que o poejo servia “para aliviar as dores de barriga, faz-se chá e para as dores de dentes fazem-se cigarros de poejo.”

Teófilo Braga



Família- Lamiaceae

Nome científico- Mentha pulegium

Distribuição Geográfica- Em todas as ilhas dos Açores. Continente, Madeira, Canárias. Europa Central e Austral e na Região Mediterrânica.

Identificação- Erva vivaz, robusta, com folhas opostas, pecioladas, elípticas ou ovadas. Cheiro agradável. Aparece em matos e locais incultos..

Utilização- A infusão das suas folhas é usada como estimulante e tónico estomacal.

NAS MARGENS DA CIDADE



Nasci e fui criado na margem da então Vila. Nesse tempo em que as distâncias se viam longas, porque outros eram os meios de transpô-las, poucas foram as minhas andanças por estes lados. Recordo, apenas, uma

meia dúzia e o que me levou lá, confesso, já não sei. A Ribeira Grande dessa época, de menino e moço, estava-me associada não só ao cheiro da farinha, trazido nas nostálgicas e vagarosas carroças de moleiro, como também à fama do atraso do seu relógio, o que está ainda hoje colocado na torre da Câmara e que lhe chamavam o “relógio da cadeia”, e que na época, como criança, acreditei que era por ele funcionar mal que lá estava preso. A outra má fama da Vila era, sem dúvida, aquela que andava na boca dos meus vizinhos que, quando queriam fazer valer os seus

direitos, por qualquer motivo ou desavença ameaçavam-se mutuamente: “Vou-te levar para a Ribeira Grande”. Só depois de mais crescido percebi qual era o “papão” de tal ameaça. Pois, era na Ribeira Grande, sede do nosso Concelho que ficavam instalados os serviços de justiça e outras Repartições Administrativas que o Povo sempre detestou por vias dos impostos, das demoras burocráticas, dos relaxes e de outras apoquentações do género que aos olhos do senso comum eram o juntar o inútil ao desagradável. As minhas ligações precoces com Ponta Delgada, por

questões de emprego, fizeram com que só mais tarde, na minha vida, eu contemplasse a beleza da Ribeira Grande e sentisse por ela e pelas nossas gentes aquele carinho que me fez descrevê-la, não sei quantas vezes, através do meu trabalho pictórico. Mas, cantar a Ribeira Grande não é só trautear com o pincel a melodia que as suas águas inspiram. É preciso ir também ao ritmo da sua peculiar arquitectura, ao compasso das suas paisagens naturais e sentir na alma a sua história. Nunca é demais dizer que a Ribeira Grande não perdeu os encantos da velha senhora fina. Embora a vejamos, hoje,

a moça cidade na flor dos seus vinte anos. Este jornal é bem a prova de como os Ribeiragrândenses estão dispostos a vivificar a cidade, dando-lhe corda aos ideais e não deixando jamais, como outrora, que o velho fantasma do relógio lhe marque o atraso, nem as repartições burocráticas estimulem o pensamento avesso a quem vive nas outras margens da cidade.

Pico da Pedra
29/07/2001

Gilberto Bernardo



Cupão de Assinatura

Fotocopie e envie para A Estrela Oriental, Apartado 6, 9600 Ribeira Grande

Desejo ser assinante do jornal A Estrela Oriental, recebendo o jornal na morada indicada Junto envio cheque no valor de 1000\$00 (5) do Banco _____

Nome	<input type="text"/>																				
Morada	<input type="text"/>																				
Localidade	<input type="text"/>										Código Postal	<input type="text"/>									
País	<input type="text"/>					Telefone	<input type="text"/>					Nº Contribuinte	<input type="text"/>								

Ficha Técnica:



Jornal Mensal

Director: Oliveira Moura

Director-adjunto: Melo Teodoro

Colaboradores: António Valdemar, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Fátima Borges, Fernando Silva, Luís Noronha, Onésimo de Almeida, Pe. António Rocha, Pe. Edmundo Pacheco, Pedro Câmara Pereira, Teófilo de Braga, João Miguel Fernandes Jorge

Propriedade:



Cooperativa Mãe d'Água, C.R.L.

Sede: Centro Cultural de R. Grande

Publicidade e Paginação: Luís Faria

Contacto: 919020517



Porte Pago
Região Autónoma dos Açores

Contribuinte N.º 512 060 398

Número de Registo: 123813

Apartado 6, 9600 Ribeira Grande

Correio electrónico: estrelaoriental@portugalmail.pt

Telm. 963560639

Depósito Legal N.º: 166371/01

Impressão: Coingra

Parque Industrial de R. Grande

Tiragem 1500 exemplares

Diálogos - Prof. Doutor Carlos Amaral

Mário Moura / Hermano Teodoro

Descentralização ou desconcentração?

As Autonomias de 1895 e de 1976

Estrutura tripolar do poder

MM: Quero colocar-lhe duas questões. Primeira: como se chegou, através da negociação entre Angra, Horta e Ponta Delgada, à estrutura político-administrativa da Região Autónoma dos Açores, vigente há 25 anos? Segunda: se o desenvolvimento económico e social, nos anos subsequentes, com a inclusão de duas novas Cidades, Praia da Vitória e Ribeira Grande, não justificam uma nova contratualização entre as parcelas da Região e o seu Governo? Ou seja, **aprofundar internamente a Autonomia, antes de a pretender alargar para o exterior.**

CA: Uma e outra questões são extremamente complexas. E responder-lhes em palavras simples e directas não é tarefa fácil. Por isso, irei apenas tentar. Em relação à primeira questão, eu sublinharia o seguinte. A estrutura tripolar que mantemos é uma herança do passado e do compromisso possível entre os três ex-Distritos autónomos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, estabelecidos a partir do conhecido Decreto de 2 de Março de 1895. A ideia subjacente ao projecto que acabou por vingar no século XIX, apontava, em termos de poder, para a descentralização administrativa, e em termos de unidades de base para os Distritos, que mais não eram do que agrupamentos de ilhas organizados à volta das três cidades açorianas de então: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. A Primeira Autonomia açoriana, consagrada pelo Decreto de 2 de Março de 1895, era uma Autonomia estritamente administrativa; administrativa e distrital. Esta foi, portanto, uma Autonomia Distrital, organizada a partir das áreas de influência de cada uma das três cidades açorianas. Em sentido estrito, nem chegou a ser uma autonomia, na medida em que nunca ultrapassou

o patamar da descentralização. E, por outro lado, começou a ser minada praticamente logo a seguir à sua proclamação. O 25 de Abril trouxe aos Açores um Segundo modelo de organização política. Com ele e com a democratização do Estado português chegou aos Açores a Autonomia Política. Aqui foram duas as grandes inovações introduzidas. A primeira reporta-se à consagração do regime que é definido, a segunda prende-se com a entidade a quem esse mesmo regime é atribuído. Em vez de descentralização administrativa, surge uma verdadeira autonomia política; e, em vez da organização da Região em Distritos, constata-se a necessidade de se ultrapassar esta fragmentação do arquipélago em três parcelas e de construção de uma Região una. A opção em 1976 terá sido, ao que parece, a de se pensar a Região como uma espécie de Estado em ponto pequeno. Uma espécie de Estado incompleto, uno,

que se reclamava do Continente. Daí a necessidade de se salvaguardar, na medida do possível, a **tripolaridade entre Angra, Ponta Delgada e Horta. Só que esta é uma tripolaridade artificial, desde logo na medida em que a autonomia que, no seu conjunto, a Região se reclama, não encontra qualquer tradução a nível interno. Com a distribuição pelas três ex-capitais de Distrito – Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta – dos órgãos de poder regionais, da Assembleia Regional e das Secretarias Regionais, não se opera uma real partilha de poder entre elas. A única coisa que se opera é uma desconcentração dos órgãos de poder regional por aquelas três cidades. Por aquelas três Cidades, como poderia ser por outras quaisquer. Por um lado, a estrutura hierárquica do poder autónomico regional permanece perfeitamente sólida, integrada e centralizada, independentemente das cidades por que se alastra. E, por outro, os princípios**

subjacentes à colocação, por exemplo, da Sede da Assembleia Regional, e de uma Secretaria Regional na Horta, de uma, duas ou mais Secretarias Regionais, em Angra, e da Presidência e do resto do Governo em Ponta Delgada são igualmente válidos para que

as outras cidades no arquipélago que entretanto se constituíram, a Ribeira Grande e a Praia da Vitória, mais concretamente, reivindiquem, com plena legitimidade, a instalação de Secretarias Regionais no seu tecido urbano. Nestes termos, não vejo por que razão a desconcentração se deva alargar à Horta e a Angra, mas não à Ribeira Grande ou à Praia da Vitória, ou a outra qualquer Cidade que se venha a constituir no Arquipélago.

homogéneo, centralizado... Uma comunidade política que possuísse o máximo possível de características do Estado, se bem que não as pudesse possuir a todas. A nível externo, isto é, na relação da Região com o Continente, o espectro ou a ameaça do separatismo terão sido um dos principais catalizadores das reivindicações autonomistas. A nível interno, isto é, dentro do próprio arquipélago, a tripolaridade terá sido o preço que foi necessário pagar pela unidade regional, que havia necessidade de construir, que mais não fosse para receber a autonomia política



(Continua na pag.6)

Perfil auto-biográfico



Sou um micalense, do Norte. Não exactamente da Ribeira Grande, apesar de ter fixado residência na Ribeirinha durante algum tempo, mas do Nordeste. Como gosto de referir, sou algarvio dos Açores, na medida em que nasci na Algarvia, uma pequena freguesia situada no sopé do Pico da Vara. Após a conclusão da Escola Primária, como então se chamava, rumei a Ponta Delgada, com a idade de 9 anos, para, frequentando a Casa de São José, prosseguir os meus estudos, primeiro na Escola Preparatória Roberto Ivens e depois no Liceu de Ponta Delgada. Terminados os Estudos Secundários, fiz-me emigrante. Fui para os Estados Unidos, onde me licenciiei em Filosofia, no Amherst College, após ter frequentado, como tantos outros açorianos, o BCC, em Fall River, o Bristol Community College. Regressei aos Açores, para iniciar a minha carreira profissional. Primeiro como Professor de Ciências da Natureza e Biologia na Escola do Nordeste. Depois no então Gabinete do Subsecretário Regional da Integração Europeia e da Cooperação Externa. E, por fim, na Universidade dos Açores. Alguns anos depois, voltei aos Estados Unidos, desta vez para frequentar a prestigiada Fletcher School of Law and Diplomacy, em Medford, nos arredores de Boston, onde permaneci durante dois anos. Nela fiz Mestrado e a parte curricular do Doutoramento – que acabei por concluir na Universidade dos Açores, sob a orientação do Professor Acílio Rocha, da Universidade do Minho, em Braga. E é precisamente na Universidade dos Açores que desde então, tenho desenvolvido toda a minha actividade profissional: leccionando cadeiras, organizando seminários e conduzindo projectos de investigação científica sobre as temas da Filosofia Política, da Teoria das Relações Internacionais e dos Estudos Europeus. Sou membro-fundador do Centro de Estudos de Relações Internacionais, do qual hoje sou também Director. Funções que acumulo com as de Director do Centro de Documentação Europeia e do Núcleo de Estudos Europeus, que estou a tentar dinamizar na Universidade, particularmente na sequência do Módulo Europeu Jean Monnet que obtive da Comissão Europeia para a Universidade. De entre as restantes funções que desempenho acrescentaria apenas a Direcção do Curso de Filosofia e a Presidência do Conselho Pedagógico da Universidade dos Açores.

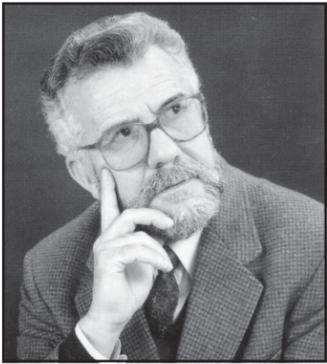
Num só espaço
Tudo para a sua casa

*Mobiliário - electrodomésticos - mercearia
mosaicos - materiais de construção*



Stand Correia
Rua Direita de Cima, 45
Ribeira Seca
Telef.: 296 470004

Uma conversa sobre Nemésio - I



Penacova, Segunda-feira 2 de Abril de 2001 — Discorrer sobre o Poeta de *Eu, Comovido a Oeste*, de *Mau Tempo no Canal* e de *Festa Redonda*, e de outras tantas obras de comprovada magnitude, não será empreitada acessível, sobretudo para quem não é estudioso da arte literária, no sentido exegético que a palavra em si contém. E se, como escreveu David Mourão-Ferreira, seu apaixonado discípulo, o génio poético de Nemésio daria para dez poetas de primeira água e o seu talento de escritor para quase outros tantos, tanto mais difícil se torna ainda a minha responsabilidade. Sou tão-só um escritor que lê, apaixonadamente ou não, consoante os casos, outros camaradas de ofício e, por razões que só os enredos que os sismos tecem ou teceram, sempre que posso releio Vitorino Nemésio, a quem estou ligado por ataduras que só a Ilha consegue

entrelaçar em seu tear de magma e de outras escorrências vulcânicas.

O ilhéu, quando artista da palavra ou de outra arte, transporta consigo esse dom, como um destino, para onde quer que os caminhos do mar o empurrem. E, aí, onde vai criando raízes adventícias, apura-os e refina-os, condimentados por um sal de comedida saudade que os decanta como a um vinho velho e precioso. Assim aconteceu com Antero, o poeta-filósofo; com Teófilo Braga, poeta, escritor, polemista e historiador da literatura; com Armando Côrtes-Rodrigues, o único Poeta do *Orpheu* que utilizou um nome feminino — Violante de Cisneiros.

Assim havia de acontecer igualmente com Nemésio, poeta, romancista, contista, conversador como poucos, cronista, crítico literário, jornalista, tocador de violão, cantador ao desafio: *Na caixa da minha viola / Há um letreiro que diz: / V. DA SILVA VIOLEIRO, / ILHA TERCEIRA — PARIS* — enfim, um genuíno ourives ambulante do Verbo poético, que, segundo o Evangelho de São João, foi o princípio de tudo antes de se fazer Carne.... Dessa saudade, escreve Nemésio, em poesia: *Ah a saudade dessas milhas salgadas, sem corpo, / E a névoa e a extensão que elas mesmas criavam! / O desejo de ser o lado de lá de tudo isso, / Muito mais que horizonte — e ali sempre*

pregado! [...]

Nemésio habita o palácio encantado da língua com o mesmo à-vontade e perícia de um domador de feras verdadeiras, só que o Poeta domestica outras de maior ferocidade — as palavras que o citam, numa pega de caras, no arenoso redondel da página. Mesteiral da palavra escrita e encantador de serpentes da outra, a fala encadeada e incandescente, a sedutora prosódia nemesiana, que atingiu o acume no programa televisivo, *Se bem me lembro*, transmitido semanalmente de 1969 a 1974, e que, no decorrer desta sessão, iremos ter a consolação de ouvir ou de re-ouvir.

O tempo gasta-me a voz como o seu pão, escreveu ele num verso. Sim, tê-la-á gastado no seu barro percedouro, mas não arruinará a que, na sua poesia, se vai immortalizando em cada verso. *Sou poeta de mais e é um destino duro / Este de arredondar como peras as frases, / Meu coração tornou-se um quarto escuro, / O meu velho baralho está sem ases [...]* *Dorido de me terem feito nascer numa pedra, / Peço licença, a quem tenha pena de mim, para chorar*, escreveu num dos últimos dois poemas publicados em vida. Mais precisamente em 24 de Novembro de 1977, cerca de três meses antes de ressuscitar, no dia 20 de Fevereiro do ano seguinte. Os domingueiros repiques dos sinos da igreja de Santo



a Vitorino Nemésio
o grande prosador
com toda a admiração
e a no simpatia
do
antónio
dos
oliveiras
c.º março 1977

António dos Oliveiras, em Coimbra, em vez dos tétricos dobres a finados, assim o proclamavam nessa tarde chuvinhosa... Até no seu testamento não traiu Nemésio a sua primigénia condição de Poeta... E o filho, Manuel, fardado a rigor no seu uniforme de comandante da Marinha, explicou que, sendo seu Pai amante de fardas, comparecera naquele traje para lhe

prestar a última homenagem. E os sinos da igreja continuaram repicando até o corpo ser devolvido à terra do cemitério por trás da Igreja, a uma curta caminhada da sua alcáçova de sonho transfigurado em muita escrita, os *Casaréus*, no início da subida para o Tovim.

Cristóvão de Aguiar



Rua da Praça, 35
Telef./Fax: 296 474 189
e-mail: mmctsousa@net.sapo.pt

Vestuário de senhora por medida

Vestidos de Noiva
Vestidos de Comunhão
Vestidos de Cerimónia



Tecidos a metro
Acessórios de costura



Fardas e uniformes



Limpeza a seco
Tratamento e conservação de peles

Sabores assim
devem ser partilhados



100% natural
Sem aditivos
Qualidade, excelência e tradição

Fábrica de Licores Eduardo Ferreira

HERDEIROS DE AGOSTINHO FERREIRA MEDEIROS, LDA

OBRAS PÚBLICAS - CONSTRUÇÃO CIVIL

Central de Britagem >> Fábrica de Blocos e Vigas >> Materiais de Construção >> Serração de Basalto >> Granitos

Estrada Regional, Nº 3/1ª Km. 10 Boqueirões - 9600 Ribeira Grande - Tel. 296 490 160 - Fax 296 490 167



RODEADO DE ILHA

A Lança de Longinus

Tinha iniciado um caderno com a data: 'Açores, agosto-setembro de 1998.' Caderno que seguiu comigo durante os dois meses desse verão. Não o usei. Correspondeu à minha última viagem de verão às ilhas. Limitei-me a recolher pequenos traços do olhar num caderno de viagem bem mais pequeno do que esse em que escrevera 'Açores, agosto-setembro de 1998.'

Aqueles traços, aqueles vislumbres são alguns ecos que sei estarem em *Bellis Azórica*: uma casa a coberto da cal do seu silêncio em Santo António do Pico, a haste florida de uma vidália, sob uma tarde de intensa chuva em Ponta Delgada das Flores, um desenho que recebi pelo correio do Faial: coisas assim limitadas pelo fulgor que é capaz de lançar a coloração de prata e chumbo dos peixes sobre o balcão de pedra, pelos fins das manhãs de sábado, no mercado da Ribeira Grande. Coisas deste modo tão efémeras, como os círculos que lançam na água os patos, os gansos, os cisnes no lago grande de Santa Cruz da Graciosa ou aqueles que se movem, tranquilos, plenos da inconsciente segurança da sua espécie natural, no circuito de água dos jardins do parque Terra Nostra.

Foram desse modo os elos a que me liguei nesses meses de verão. E, agora, quando no meio dos cadernos vazios procurei um para iniciar estas crónicas, deparei com este. Todas as páginas estão limpas, à espera do deslizar do aparo e do negro da tinta. Ferida, no entanto, encontrava-se a primeira linha da página primeira: 'Açores, agosto-setembro de 1998.'

Neste momento, riscado que foi esse sinal de um verão que subjaz na distância, mas que será ainda capaz de erguer erupções, brilhos que guardam 'saudades da terra', da ilha, das ilhas, do mar das ilhas. Nesse caderno... Foi esse caderno aquele que trouxe estes meus dias do verão de 2001; e em cujas páginas irei agora escrever este ao redor das ilhas, numa crónica em que me quereirei saber rodeado de ilha. Rodeado de mar.

Foi assim que cheguei à lança de Longinus. Por um caminho tortuoso, como são os que levam ao sítio do meu interesse. A Lança de Longinus, direita e disposta a abrir feridas, como a de qualquer soldado romano. Andar numa ilha e não ter um seu natural que nos sirva de guia é um tempo perdido. Nisso tive sorte. Ao segundo dia passado em Angra – foi a Terceira a primeira ilha que conheci -, já havia quem me instruisse sobre as variações – açoreanas (deixem-me escrever

assim esta palavra). E logo me falaram tanto, e tanta coisa das ilhas me assinalaram que, quando coube a vez de S. Miguel e da Ribeira Grande, procurei o lavrado da pedra que tanto me foi louvado. Trabalho de artesão-pedreiro feito de siglas e de múltiplos sinais que guardam na pedra o desfazer de mistérios e de ocultas artes. Foi o que fui descobrindo no desenho cimeiro de portas e janelas.

Foi numa dessas minhas primeiras voltas pelo centro da cidade que descobri a lança de Longinus. Era verão e a hora de mais calor não tinha ainda abandonado a Ribeira Grande. Seguiu para a Matriz, onde queria ver o Retábulo de Santo André. Mas primeiro surpreendi-me com a toponímia que me levou à Ermida de Santo André. 'Aí está a lança de Longinus.' Disseram-me. Era, de facto, uma lança erguida. Pronta a ferir no envio do seu traço na pedra. E, onde me fizeram ver o desejo de uma flor, a meio da haste, apenas encontrava as pontas aceradas de um harpão, prontas a rasgar, a ferir ainda mais quando enterrada a lança. A ermida está sempre fechada. A sua mais valia, as tábuas do



retábulo, encontram-se na sacristia da Matriz. Mas a forma como nomearam as ruas surpreendeu-me, disse. Depois pareceu-me ter já encontrado um modo semelhante em Vila Real de Santo António, mas não estou certo. Encontrei-me na rua do Conde de Jácome Corrêa e, logo de seguida, uma travessa com o mesmo nome; e uma outra travessa com a mesma indicação apareceu ainda. O que me surpreendeu, de veras, foi a forma que tomavam. Como raízes fasciculadas que se desenvolviam de uma raiz central – a rua do Conde de Jácome Corrêa – iam surgindo a 1.ª Travessa e a 2.ª Travessa do dito senhor conde. Seguindo o ditado 'não há duas sem três', esperei encontrar uma 3.ª travessa. Mas não. Somente existiam a rua e a 1.ª e a 2.ª travessas.

Terei de dizer que só mais tarde liguei o sinal erguido na pedra da porta da ermida à intenção de uma lança. É que pensara, com alguma surpresa, não em Longinus, alguém da milícia romana que feriu Cristo com a sua lança, mas em Longino, o neo-platónico de Alexandria que eternamente arrebatou sob a falsidade do seu próprio nome (Pseudo-Longino), para a obra *Do Sublime* a presença tempestuosa dos mares e de inesperados terrores telúricos, dos quais a própria ilha é singular testemunho.

'Nada disso.' Logo me corrigiram. 'É, sim, a lança de Longinus. O que feriu Cristo, no lado, e em vez do esperado sangue saiu água.' 'Qual sublime.' Acrescentaram. Fiquei com essa vara estilizada na pedra para sempre associada às figuras do retábulo: Santo André, no painel central; nos volantes, Santa Bárbara e Santa Catarina. Há pequenos caminhos que se distendem pela fundura da pintura. Aí, nessa lonjura quinhentista de fumos, a coberto de cinzas e azuis de um magoado tom, podemos encontrar-nos com o medo do desconhecido. Face a face, podemos deparar com o temor tal como surge no rosto de um louco ou de um bêbado. Quando pelos seus olhos passa o olhar dos mortos que mais amaram e que também mais odiaram. Então, é preciso vigiá-los bem de dentro do nosso estremecimento, como inimigos que nos espreitam. Têm um rosto que podemos, mais do que ver, adivinhar, na passagem da 1.ª travessa para a 2.ª travessa do Conde de Jácome Corrêa. É um rosto que vem de muito longe. Um bosque obscuro. Tão obscuro como uma mulher andrajosa que de nós se aproximasse e erguesse a sua mão direita para apertar-nos um ombro.

Mas as pinturas do retábulo são de veras notáveis. Sobretudo a das duas figuras femininas. Que se trata de pintura flamenga. Lembro-me de ter pensado, ao ver o decote em quadrado do vestido de Catarina: 'Há na mais contida figuração da pintura flamenga e holandesa, uma sempre visível tendência para a abstracção pura. Pertence a essa sabedoria do que é abstracto a piedade orgulhosa das duas mulheres.' E ainda me lembro de ter dito, frente às figuras do retábulo: 'Só os flamengos e os holandeses deveriam falar de deus.' De um modo acerado, ferinte, como se o seu auditório fosse lanceado pela arma de Longinus.

João Miguel Fernandes Jorge

Logro



Fotografia Carlos Medeiros

Vestido de preto no chumbo da tarde ali se ficou um fio de verde no longe se perde que o mar o levou.

Do antigo castelo que voz o chamou? Veio ter com ele por anos e dias do fundo da terra do brilho do sal pelas ventanias do bem e do mal. Que voz era aquela de perdido além? Que moça donzela já tão soterrada o vinha prender no trinco do nada na dobra do susto à proa rasgada desse mar de Agosto?

“Um dia perdi o que hoje ganhei só quando morri não longe daqui é que te encontrei.”

A voz era doce de veio pisado coada que fosse p'lo véu do passado sereia que trouxe assim de repente uma nostalgia de antigos amores agora incendiados que há muito julgara p'ra sempre sumidos da vida que avara por longos caminhos o desencantara de sonhos maninhos. A voz era doce e lá donde vinha donde quer que fosse trazia consigo

esquivos alentos toadas batidas por sóis e por ventos velozes umbrais de portas cerradas de portas abrindo lá onde jamais pudera chegar.

“Ai moça donzela não sei onde estais só sei que viestes já tarde demais como tudo chega à vida da gente o tempo escasseia a gente desiste perdidos na teia dos dias iguais na dança de roda de um fogo já triste ai moça donzela se um dia soubesse se um dia encontrasse na cinza das horas aquela faúlha que logo amanhece como se encantasse a noite que forra o nosso mais fundo mais frio desvão! Ai moça donzela no ontem que havia e sem remedeio perdido ficou por certo daria o meu coração a quem o chamasse a quem no enleio da hora que fosse de longe ou de perto assim me tocasse.”

O vento soprava sobre a serrania o céu escutava ninguém respondia.

Maria de Fátima Borges

“O Melhor Café da Cidade” agora com dois novos lotes: Platina e Diamante



JTABACARIA Jovem

de João Carlos Ferreira Medeiros

Rua de S. Francisco, 88
9600 - RIBEIRA GRANDE
Telefone: 296 473 670

Junto ao Hospital

Revistas e Jornais Nacionais e Estrangeiros

Diálogos - Professor Doutor Carlos Amaral

(Continuação da pag.3)

A Autonomia pós-25 de Abril está ultrapassada.

Uma Terceira Via

Cidades têm responsabilidades acrescidas?



Fotografia Pedro Pereira

MM: Quer dizer que o dever das Cidades, em relação ao das Vilas e ao das Freguesias, no início da segunda Autonomia existiam três Cidades, pouco depois, passaram a existir cinco, é diferente?

CA: Se nos colocarmos no quadro de referência que esteve subjacente à proposta inicial de Autonomia, estou absolutamente de acordo. Agora o que digo é que este modelo já não serve. Este quadro serviu, e bem, para a primeira fase da autonomia política açoriana pós-25 de Abril.

Neste momento, contudo, há que dar um passo em frente. Não podemos persistir em transplantar para o interior do Regime Autonomo os vícios do Centralismo lisboeta. A Autonomia de que os Açores, no seu conjunto, se reclamam, é tão válida para a relação Açores/Lisboa, como é válida para as relações que se desenvolvem entre cada uma das parcelas que integram a Região. Do mesmo modo e pelas mesmas razões que os Açores se querem autónomos de Lisboa, não independentes, mas autónomos, também a Ribeira Grande, por exemplo, deve ser autónoma em relação a Ponta Delgada; e, como a Ribeira Grande, também o Nordeste, as Lajes, as Velas, e todas as outras parcelas da Região. Concretizando ainda mais eu diria que do mesmo modo que o Governo Regional é autónomo em relação ao Governo da República, e este o é em relação às Instituições da União Europeia, também cada um dos Municípios açorianos deve ser autónomo em relação ao Governo Regional, esteja este localizado onde estiver: em Ponta Delgada, em Angra ou na Horta.

O que digo é que, até mesmo pela nossa História, tanto no plano açoriano, como no plano nacional, os municípios devem ser verdadeiros pólos de poder.

Ora, tal como a conhecemos, a autonomia açoriana parece assentar na negação dos Municípios.

Veja-se que poderes têm os Municípios hoje em dia na realidade. Tanto nos Açores como no resto do país, são poderes delegados e de descentralização, não são políticos. Por tudo isto é que venho defendendo há já largos anos a necessidade de se rever, reformular e aperfeiçoar o sistema autonómico açoriano. Em meu entender, o sistema autonómico açoriano não pode continuar unitário, se bem que desconcentrado. Por isso proponho um sistema autonómico assente numa espécie de Federação de Federações. É necessário

dignificar e reconhecer politicamente as realidades que são os Municípios e as ilhas açorianas. Dotar a Região Autónoma dos Açores de uma nova organização política interna, nos termos da qual os Municípios possam emergir como pilares sociais e políticos de base, e as Ilhas, em termos políticos, como Federações de Municípios, do mesmo modo que a Região se apresentaria, então, como uma Federação de Ilhas.

HT: O novo modelo de autonomia que propõe, digamos um terceiro, certamente, que possui a sua sustentação teórica. Quer explicitar com que bases o fundamenta?

CA: A sustentação é múltipla e decorre de várias áreas do saber, nomeadamente da Filosofia Política, da História, em particular da História Política, e da História das Ideias, da Ciência Política e do Direito. No âmbito da Filosofia Política fui buscá-la, particularmente, ao modelo vencido com a transição para a modernidade, portanto, ao modelo pré-moderno, sobre o qual se ergueu o sistema moderno de organização política. Refiro-me, como é óbvio, ao modelo do Estado unitário, soberano, no qual não há qualquer lugar para autonomias, na medida em que, por definição, o Estado, que é soberano, tem de concentrar em si todo o poder. É este o modelo de organização política que se instala na Europa, principalmente, a partir da Paz de Vestefália e que encontra o seu apogeu na Revolução Francesa e no Estado napoleónico, que adoptámos em Portugal.

É a partir destes alicerces teóricos que tenho vindo a desenvolver o meu pensamento sobre estas matérias. Particularmente quando é certo que este sistema estatal moderno começou a ser posto em causa, na própria Europa que o viu nascer, desde a Primeira Guerra Mundial. O caso pioneiro é o das Ilhas Aland (logo a seguir à Primeira Guerra Mundial, no século passado), umas ilhas que sendo finlandesas, são de língua e de cultura suecas. Para elas, a Autonomia surge como uma concessão para salvaguardar ao mesmo tempo, quer a integridade territorial do Estado finlandês a que pertencem, quer a sua identidade linguística e cultural suecas. É assim também que reivindicações semelhantes surgem em Espanha, no quadro da Primeira República e da Primeira Restauração da Monarquia, na Dinamarca, em Itália, no nosso país, na Bélgica, no Reino Unido, e até mesmo

em França.

HT: Quer explicar um pouco melhor o modelo pré-moderno que referiu?

CA: Vamos a ver se me consigo fazer entender. Na concepção Moderna, o poder do Estado é, por definição, soberano, unitário e centralizado. Para o Estado moderno apenas existe um poder, e ele detém-no, em exclusividade. Já na concepção Antiga e Medieval o poder é partilhado. Enquanto que para a concepção moderna o poder político é exclusivo do Estado que o detém eu diria de forma automática, pela simples razão de ser Estado, na concepção antiga e medieval, o poder está partilhado e pulverizado pelo tecido social e é detido por quem apresentar melhor título para o exercer, por quem for capaz de apresentar e fazer valer a sua legitimação para o assumir. A ideia de autonomia choca com a ideia de que o poder é uno. Propõe um poder partilhado, tanto espacialmente como em termos de competências.

HT: Quais serão os futuros papéis dos Governos Regional e da República num cenário de aplicação da sua proposta de Autonomia, ou seja, num poder partilhado, não se esquecendo a inevitabilidade da União Europeia como realidade política de fundo?

CA: É algo de paralelo com aquilo que se passa entre a União Europeia e os seus Estados membros.

MM: Há, neste novo modelo que propõe, vantagens em ser-se Cidade?

CA: Com certeza que sim, desde que se permita que a sua dignidade, física e humana, territorial, demográfica, social e económica encontre tradução política também!

MM: A Ribeira Grande, nos seus vinte anos de Cidade, não sente quaisquer vantagens. Em muitos casos, e de forma compreensível, muitos são os que sentem que a Cidade é, por parte quer do Governo Regional quer ainda pela Câmara, ou até mesmo pelo Governo Central, tratada ao nível da Freguesia. Sentem-se, por conseguinte, 'impotentes' e, de certo modo, 'enganados.' Vejamos o caso da Geotermia, em que em nome da solidariedade Regional, a Região, neste caso a ilha, que precisava de energia, se destruiu a confiança dos consumidores de quatro das cinco freguesias da Cidade na sua água potável distribuída ao domicílio. Resultado, compram água potável, pagam a água da torneira e nem por isso têm redução da taxa de consumo de energia eléctrica, nem tão pouco a sede do consórcio geotérmico (ao menos

deixaria cair algum 'contado' dos impostos) fica na Cidade da Ribeira Grande. Nada. É a solidariedade de sentido único.

Que papel nos cabe. A culpa em grande parte é nossa por que não temos sabido reivindicar, não temos tido voz; ficamos aliviados por não termos o foco de perturbação que seriam as sedes de partidos e de sindicatos!, esquecendo que poderiam ser instrumentos úteis de pressão sobre o poder. No contexto dos Açores, nós, que estamos em terceiro lugar em muitos parâmetros sócio-económicos e em segundo em outros (em termos demográficos, económicos etc.), em termos de peso político somos 'um zero absoluto.' Que lugar para nós, nesta Autonomia, 25 anos depois? Quando ouvimos, ou lemos, algumas pessoas manifestarem apreensão acerca do impasse em que se vive no, em seu entender imprescindível, alargamento da Autonomia, ou seja mais competências, descentralizando-as do Estado para a Região, outra tanta gente pensa: não vale a pena se for para o concentrar, como sempre, nos três pólos. Não será, antes, necessário, aprofundar a que temos: um novo contrato com os açorianos?

CA: Ora bem, em meu entender encontramos-nos perante o âmago mais autêntico da questão. Há duas maneiras de se ver a Região ou qualquer outra comunidade política: de cima para baixo, ou de baixo para cima.

Mas há outro modelo distinto em que sucede o inverso. É o modelo da subsidiariedade, em que o poder circula de baixo para cima. Trata-se de um modelo de organização política nos termos do qual o poder real não estaria em Ponta Delgada, no Palácio Jácome Correia, nem em Lisboa, no Palácio de Belém, mas nas unidades de base que constituem a Região Açores, no primeiro caso, ou o próprio Estado português, no segundo...

MM: Como?

CA: Precisamente nos termos que referia há pouco, através de uma nova 'contratualização', entendendo a Região como uma Federação, uma Federação de Federações, encadeada a partir do princípio da subsidiariedade. Como é que isto se operaria? A partir de uma nova relação entre o social e o político. Melhor dizendo, a partir do reconhecimento e da salvaguarda do princípio de que a organização política de uma comunidade não pode ser definida arbitrariamente, de forma racional e abstracta. Pelo contrário, ao mesmo tempo que enforma a realidade

social que lhe está na base, tem igualmente de decorrer dela e de a espelhar. No caso açoriano. Os Açores são uma entidade uniforme, homogénea? Ou, pelo contrário conhecem partes integrantes, cada uma com uma identidade e com necessidades e potencialidades próprias? Na minha opinião, a resposta é simultaneamente simples e clara. Os Açores são uma região complexa, composta por entidades diferenciadas bem reais que são as suas Ilhas, as suas Cidades e os seus Municípios, mas também as suas Freguesias, as suas organizações culturais, económicas, recreativas, sócio-profissionais, desportivas, religiosas, etc., etc. Por isso é que entendo que cada uma delas tem de possuir a sua parte do poder político, precisamente aquela que for capaz de exercer para o cumprimento autónomo da sua identidade e da sua vocação. É este o novo modelo de autonomia política regional que defendo. Um modelo de autonomia que começará a ser construído a partir do momento em que formos capazes de olhar para cada uma das parcelas da Região, muito particularmente para as nossas Freguesias e para os nossos Municípios, não como objectos, mas como agentes, não como meros auxiliares ou subordinados do Governo Regional, mas como agentes políticos autênticos. Aliás, e, no limite, são eles os verdadeiros superiores hierárquicos do Governo Regional, uma vez que é deles que o poder do Governo emana e é para eles e em nome deles que o exerce...

MM: Mas isso é a negação da existência do Governo Regional.

CA: Não, não é a negação do Governo Regional, é a proposta de um tipo de governo diferente daquele que conhecemos. Vejamos uma coisa. Em autonomia parte-se do princípio que os Açores são mais bem governados pelos açorianos do que à distância. Não é verdade? Ora bem, isto que se aplica à Região aplica-se igualmente, e pelas mesmas razões, a cada uma das suas parcelas. Do mesmo modo que os Açores são melhor governados pelos açorianos do que pelo Terreiro do Paço, por que razão é que a Ribeira Grande, por exemplo, há-de ser melhor governada por Ponta Delgada do que pelos próprios Ribeira Grandenses? E quem diz a Ribeira Grande diz Vila Franca, Praia da Vitória, São Roque do Pico...

Autonomia da Subsidiariedade

CA: Neste segundo modelo de autonomia (desenvolvido após o 25 de Abril), apesar da realidade Ilha, o Governo é unitário, desconcentrado, mas uno. É como se, para ele, todos os açorianos e todas as parcelas do arquipélago fossem absolutamente iguais, daí ser ele a governar, exercendo o seu poder sobre todos os açorianos, independentemente da ilha em que vivam ou da condição em que se encontrem.

Mas não é isso que os princípios da Autonomia da Subsidiariedade preconizam. Apontam para um caminho alternativo. A Ribeira Grande, por exemplo, não precisa que alguém em Ponta Delgada lhe diga o que deve fazer. Os Ribeira Grandenses não só são capazes de pensar, como também são capazes de agir pelas suas próprias cabeças. São capazes de decidir como é

que os seus próprios interesses devem ser salvaguardados. Por isso é que o modelo autonómico que defendo mais não propõe do que lhe sejam garantidos os instrumentos adequados para o efeito. À Ribeira Grande e a todas as outras parcelas reais que integram a Região. Vejamos uma coisa. Eu estou a falar de muito mais do que de mera desconcentração. O que está em causa é uma autêntica partilha do poder entre o centro e as partes. Entre Ponta Delgada (ou Ponta Delgada, Angra e Horta, se se quiser) e cada um dos demais Municípios açorianos. Municípios, Ilhas e organismos sociais!

É para a realizar que defendo uma verdadeira reorganização do poder na Região. Uma reorganização do poder nos termos da qual a Ribeira Grande e todas as demais comunidades Autárquicas - o

Nordeste, a Povoação, a Lagoa, Vila Franca do Campo ... - e cada um dos organismos sociais - a Câmara do Comércio, a Universidade, os Sindicatos, a Igreja ... - possam partilhar do poder consagrado à Região Autónoma, no seu conjunto, usufruindo, deste modo, de poderes reais de decisão sobre a vida das suas comunidades.

Agora há aqui uma outra questão. É que o facto de se ser Cidade, como é o caso da Ribeira Grande, o facto de possuir uma dimensão social, económica, cultural, demográfico, territorial, etc. que é manifestamente superior a muitas outras parcelas da Região, não pode deixar de acarretar responsabilidades igualmente acrescidas.

MM: Mas não é isso que está a acontecer.

CA: Pois não.

MM: Está-se à viva força, pelo que vejo, a construir uma Capital, a tal que faltava ao modelo desta Autonomia, tendo em mente o Funchal?, distribuindo meras honrarias às outras duas, com o sacrifício de todo o resto. Na Ilha Terceira, aparentemente, o poder é partilhado, até certo ponto, entre as Cidades da Praia e Angra.

CA: A questão da Ilha Terceira, pelo que constato, é diferente, na medida em que a relação de forças entre Ponta Delgada e os outros Municípios da Ilha de São Miguel é diferente daquela que existe entre a Praia e Angra. Desde logo, porque Angra só tem um interlocutor, por isso mesmo o diálogo é mais fácil, sendo particularmente mais fácil à Praia fazer valer as suas posições face a Angra, enquanto que em São Miguel a

pluralidade de interlocutores, por um lado poderá complicar, mas por outro facilitará e reforçará o poder de Ponta Delgada.

MM: "Dividir para reinar"?

CA: Não digo que seja intencional. É manifesto, contudo, que, ao contrário do que se passa na Terceira, em São Miguel não existem apenas dois interlocutores, há 1+1+4, ou seja: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Cidades, mais quatro Vilas que são sede de Municípios. Isto, obviamente, facilita a vida a Ponta Delgada. Além do mais, nas outras Ilhas, as Autarquias são as únicas faces visíveis do poder. Pelo Estatuto, o governo tem a obrigação de visitar todas as ilhas anualmente. Mas essas visitas são sempre, necessariamente, muito fugazes. E as populações sabem quem lhes resolve os problemas, quem é que está lá diariamente, e a quem podem recorrer...

Males da actual Autonomia

MM: E também em São Miguel, se exceptuarmos o caso de Ponta Delgada. Mas vejamos o exemplo concreto da Ribeira Grande. A Câmara Municipal, utilizemos uma metáfora, seria a mãe, o Governo Regional, o pai e o Governo Central, o avô. O Estado é um avô distante e totalmente negligente. A mãe, nem sempre tem tido o melhor juízo, mas enfim, bem ou mal, lá vai fazendo qualquer coisa. O pai age como o cabeça de casal das famílias 'antigas', dizendo à 'mulher' para se desenrascar: Isso é contigo! A mãe, enquanto o marido dorme, tem que ir à algibeira deste, ou suplicar ao avô, o Estado, como agora no caso da candidatura ao programa 'Polis.'

Depois ela pensa assim, continua a metáfora, se 'ter' uma Cidade é equivalente a ter um filho a estudar na Universidade, diferente de uma Vila, no secundário, ou de uma Freguesia, na primária, sem menosprezo, porque é que o pai a uns dá sapatos e peúgas, calças e colete, e a outros dá 'os pés para andar'? Não está certo. Na Cidade de Ponta Delgada investem a Câmara, o Governo Central, o Regional e o sector privado, a maior parte do qual 'muito' dependente do sector público. O Governo vai criando as infraestruturas, depois avança a privada, veja-se o caso do prolongamento da avenida, etc.. Ou a celeridade da conclusão das vias circulares, ao invés da morosidade da construção de vias para o resto da ilha. Aliás construiu-se mais para as relações entre ilhas, portos e aeroportos, do que no interior de cada ilha. Põe-se de lado um concelho que, em termos demográficos, é o segundo da ilha, havendo sete das nove ilhas com menos habitantes do que ele, ou sendo a terceira Cidade do arquipélago. Porquê?

CA: Isto são os males desta Autonomia. **O poder deveria, como disse, circular de baixo para cima, e não de cima para baixo. No mundo contemporâneo, em democracia e entre agentes livres e iguais, não é de modo algum aceitável que o Governo detenha todo o poder, de modo a distribuir benesses ("peúgas, calças e coletes"), se quisermos prosseguir a metáfora por quem bem entender — ou, o que é pior ainda, por quem cair nas suas boas graças. Ora, isto tanto se aplica ao Governo da União Europeia (independentemente da questão de o situar em concreto), como se aplica**

ao Governo da República e ao próprio Governo Regional. Não podemos permanecer numa situação em que aos cidadãos nada resta senão esperar que o Governo que detém todo o poder o exerça da forma mais iluminada possível.

O que defendo, portanto, é a necessidade de se substituir este modelo por outro, no qual de facto exista uma partilha de poder. No momento presente, existe já uma partilha de poder entre a União Europeia e os Estados-membros. De igual modo, os açorianos foram capazes de conquistar — porque é de uma conquista que se trata, que não haja ilusões — uma condição em que se verifica uma real partilha de poder entre a Região, no seu conjunto, e o Governo da República. E é precisamente por isso que os Açores, enquanto Região, são Autónomos. Falta é dar o último passo, a nível interno, e proceder a idêntica partilha do poder autónomo de que usufruímos por entre cada uma das parcelas que compõem os Açores. Há que reconhecer devidamente a dignidade de cada uma delas, e assegurar que essa dignidade específica de cada uma das parcelas que compõem a Açorianidade encontre tradução concreta no poder que lhe é consignado.

MM: Dizer apenas Açores é dizer algo de abstracto, porque o poder nos Açores, de facto, é partilhado, insisto, desigualmente, uma das três Cidades tem mais poder do que as outras, por esta ordem decrescente: Ponta Delgada, Angra e Horta. Isto é um facto inofismável. E, tal como diz o povo: "Quem parte e reparte e não tira para si a melhor parte, é tolo ou não percebe da arte."

CA: Vejamos. Até mesmo nestas três cidades, a repartição do poder é francamente artificial. Não há uma verdadeira partilha de poder entre elas. O Governo Regional — aparelho do poder —, continua a ser unitário, apesar de estar deslocado por duas ou três parcelas, como poderia estar por outras mais. Que quero dizer com isto? Vamos supor que amanhã uma Direcção Regional, ou Secretaria Regional é transferida de Ponta Delgada para a Ribeira Grande. Isto traria, obviamente, mais valias à Cidade, em termos sociais e económicos, em termos de postos de

trabalho, por exemplo. Mas em nada feriria a unidade do Governo Regional. Não seria pelo facto de estar situada na Ribeira Grande, que uma Direcção Regional, por exemplo, estaria menos sujeita à vontade do Secretário Regional da tutela, sediado em Ponta Delgada. Em termos políticos, a cadeia do poder permaneceria incólume. Por isso é que a retirada de uma Secretaria Regional, ou de parte de uma Secretaria Regional da Horta para São Miguel, por exemplo, em nada altera a estrutura unitária do poder regional. Para o constatar basta que se atente à realidade histórica concreta, às alterações que se têm introduzido na localização de departamentos governamentais nas cidades do arquipélago e ao impacto que têm produzido.

MM: Mais, ao que parece, as Direcções Regionais, duas, que em campanha o actual Presidente do Governo Regional prometeu, terão mais um valor simbólico. Há quem pense, no entanto, que terão tanto valor como o que tem o 'rebocador' velho e ferrugento que os americanos, ao abrigo do acordo da Base das Lages, querem impingir à viva força à Região.

CA: Não poderia estar mais de acordo consigo. Para além disso, ainda que essa transferência se verificasse, manter-se-iam os vínculos com o poder unitário da tutela, continuando tudo na mesma. Que mais valias traria à Ribeira Grande a instalação de duas Direcções Regionais? Dez, funcionários, ou vinte? Maior movimento nos restaurantes ou nos cafés da cidade? Mais tráfego na "via lenta" e agora esburacada também entre aquela cidade e Ponta Delgada? Não é disso que trata o novo modelo de autonomia que proponho. E é por isso que estabeleço a clivagem entre a desconcentração que conhecemos e a Autonomia como partilha de poder que proponho.

MM: O poder está cada vez mais concentrado num só pólo. Como contrariar esta tendência?

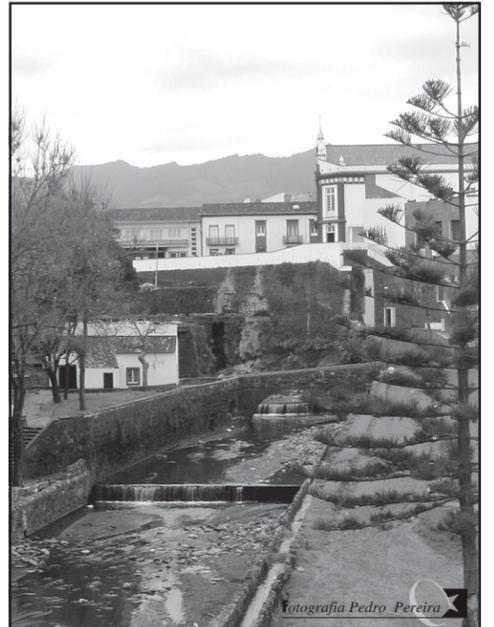
CA: Não podemos ter ilusões. Quem detém o poder nunca abdica dele voluntariamente. Isto só pode ser feito por outra via, nomeadamente pela via da luta e do combate político!

Reconhecemos obviamente que a Região existe, e que a sua construção foi uma grande vitória do actual modelo de autonomia política consagrado a partir da revolução de Abril. Somos e sentimo-nos açorianos, identificámo-nos com

tal, partilhamos de uma mesma identidade. Mas, não é por isso que as Ilhas deixam de existir — as Ilhas, os Municípios, ou os organismos sociais. É porque as Ilhas continuam a existir que as preocupações de um jorgense não são exactamente idênticas às de um mariense, de um micalense ou de um terceirense. E, para além disso, existem também as preocupações dos Municípios. Não é por acaso que sempre tivemos uma fortíssima tradição municipalista. Tal como os interesses dos Açores não são os mesmos do que os do resto do País, por isso

somos autónomos, também os interesses, e as identidades de cada uma das ilhas, de cada um dos Municípios e de cada um dos organismos sociais da Região Autónoma dos Açores são igualmente diferenciados. Por isso é que cada um deles, também, deve ser autónomo, isto é, deve possuir uma parte do poder político da Região, mais precisamente aquela parte que é mais adequada para que cumpra a sua identidade e satisfaça as suas necessidades, nomeadamente de desenvolvimento sócio-político.

O paradigma que estou a apresentar mais não exige do que o respeito do cidadão e das comunidades em que se situa e nas quais desenvolve a sua vida. Dito em palavras simples e rápidas, este paradigma exige que enquanto pessoa e cidadão individual, eu possa decidir a minha vida sozinho, sempre que tenha condições para o fazer, sem ter alguém, por cima, a dar-me ordens e a defini-la por mim. Só assim serei livre. Só assim poderei cumprir a minha vocação de pessoa e ser feliz. Ora, isto mesmo que eu digo em relação à pessoa e ao cidadão individual, digo-o também em relação a cada uma das comunidades em que me situo e desenvolvo a minha vida: desde a família na base, até à Região, ao País e à União Europeia, no topo — sem ignorar, obviamente, a Freguesia, o Município, a Ilha e a panóplia de organizações sócio-profissionais, culturais, desportivas, religiosas, etc., no âmbito das quais a minha vida está



inserida e se desenvolve.

Neste modelo de autonomia que proponho, o poder circula de baixo para cima. E só quero saltar do nível inferior para o nível superior quando o primeiro não for capaz de corresponder às minhas necessidades: sociais, culturais, económicas, e civilizacionais. **Em tudo aquilo que eu puder fazer bem sozinho, não quero que outros se intrometam. De igual modo, nada justifica que o Governo Regional se intrometa naquilo que puder ser devidamente assegurado, decidido e feito pelo meu Município ou pela minha Cidade. E, quem diz o Município diz a Ilha. Por que razão é que há-de ser o Governo Regional, em Ponta Delgada, em Angra, ou na Horta, a decidir como é que os Graciosenses devem viver, ou o que é que os Picarotos devem fazer com os recursos naturais e humanos que possuem? Como se os habitantes daquelas ilhas não tivessem capacidade para andarem pelos seus próprios pés, pensarem pela sua própria cabeça e decidirem livremente sobre as suas vidas!...**

HT: Da teoria à prática: Como é que isto se pode fazer?

CA: Olhe, indo à luta. Reivindicando. Protestando. Exigindo. Numa palavra, de modo algo semelhante àquele através do qual os Açores, no seu conjunto, conquistaram o Regime de Autonomia Política face ao Continente... Não sem estarem igualmente conscientes, entendam-se, das suas responsabilidades e das suas limitações.

Ribeira Grande

Consciência do seu peso

MM: A Cidade da Ribeira Grande tem que tomar consciência de si própria; ou seja, da sua força. Tomando consciência do problema, discutindo o assunto, tal como o fazemos aqui neste jornal...

CA: Absolutamente. É como uma história que muito me impressionou e que recorde da minha infância. Falava de um elefante enorme, amarrado a uma estaca minúscula e insignificante. E o que me intrigava era entender como aquilo era possível. Como é que um animal tão grande e tão forte não se libertava daquele ridículo cativo? Até uma criança seria capaz de arrancar a estaca que o mantinha aprisionado. Mas o elefante não se libertava porque não tinha consciência de si, nem da força que possuía.

Por isso é que, deixando esta história e voltando à questão que me foi colocada,

eu diria que o primeiro passo a dar é precisamente este: tomar consciência de si próprio. Para sermos autónomos precisamos, em primeiro lugar, de ser capazes de apostar em nós próprios. Precisamos de acreditar que somos capazes. A partir daí basta ir à luta. Reivindicar para mim enquanto cidadão individual, para a minha Freguesia, para a minha Vila, para a minha Cidade, para a minha Ilha, e para a minha Região os instrumentos, as competências, os recursos e os poderes necessários para que possa agir de forma livre e autónoma. Reivindicar as competências que permitam escapar à condição de simples objecto que é usado por outros, de forma mais ou menos despótica e arbitrária.

MM: A Ribeira Grande, pelos vistos, em termos de poder político, é o tal

elefante preso a uma ridícula estaca. E sem consciência disso. E a Região Autónoma dos Açores será, passe a caricatura, a Santa Trindade: Ponta Delgada, Angra e Horta, as três numa, com o culto que, infelizmente, lhe prestamos incondicionalmente. Até diz bem com o Padreiro do Arquipélago, parte indissolúvel da Trindade: 'O Senhor Divino Espírito Santo.'

CA: A perspectiva tradicional é a da monocefalia. A comunidade tem que ter um cérebro, e é por isso que na Região teria que haver um centro único, uma capital. Como tal não foi possível, chegou-se ao compromisso de termos um centro único, repartido por três localidades. Têm vindo a ser retirado poderes à Horta...

MM: Mas a Horta ainda é, em certa

medida, e em termos relativos, a Cidade com mais potencial de poder nos Açores. O território da ilha coincide com o do Concelho, à cabeça do qual existe uma Cidade. Tem um Presidente da Assembleia Legislativa Regional, três deputados, duas Secretarias, umas tantas Direcções Regionais, tudo isso com menos população do que o Concelho da Ribeira Grande, já para não falar no menor peso económico.

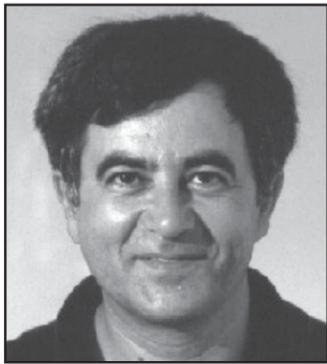
CA: **É um argumento de peso este que acaba de apresentar. Mas é um argumento que mais não faz do que sublinhar a necessidade de se proceder a uma reflexão sobre o modelo de organização política que temos: o modelo de autonomia política e administrativa em vigor na Região Autónoma dos Açores. Daí que, em meu entender, seja altura**

de darmos um passo em frente no sentido do aperfeiçoamento da autonomia açoriana, designadamente através da adopção do Novo Modelo de Autonomia que tenho vindo a defender, inclusivamente nesta entrevista. Um modelo de partilha autêntica de poder assente sobre dois grandes pilares de base. Em primeiro lugar, o reconhecimento da existência e da dignidade de cada uma das entidades que integram a Região: incluindo as Ilhas, os Municípios, as Cidades, as Vilas e as Freguesias. E, em segundo lugar, a garantia de que cada uma delas detém a autonomia adequada para o cumprimento da sua identidade e para a salvaguarda dos seus interesses e das suas necessidades...

Ribeira Grande

Crescer com regras

Mas sem estrangulamentos



É Essencial Deixar Crescer a Cidade

O Património que nos coube como herança valiosa, todos queremos conservá-lo. Se a herança for uma carga de dívidas, sentimos obrigação de nos livrar dela. Ora, as condições em que vive uma boa parte da população da Ribeira Grande, é uma herança que devemos (a)pagar quanto mais depressa melhor.

O Centro Histórico da Cidade foi "limpo" há umas décadas, de concentrações urbanas de má qualidade, com casas com piso térreo, sem instalações sanitárias e algumas ainda com telhados de colmo ou palha. As casas foram demolidas e os habitantes instalados em locais como o Bairro de S. Luzia, Areal de S. Bárbara, Bandejo e outras zonas periféricas. O "Paraíso Infantil", a Rua do Castelo (o lado voltado para as Poças), o Estádio, pelo menos, foram espaços desafogados desse urbanismo primitivo.

Só pode ser questionado o modo como foram reinstaladas as famílias desalojadas, com uma lógica que só há pouco tempo foi abandonada.

A malha urbana da Cidade ainda tem zonas deprimentes, que só esperam uma demolição progressiva e sem reocupação no mesmo local. As habitações à beira-mar, desde o Bandejo até à foz da ribeira Grande, podem e devem ser substituídas progressivamente por outras, libertando o litoral da Cidade.

Do lado do mar da rua do Bandejo, de acordo com o Director Regional da Habitação, vão sair de imediato mais de vinte famílias, que irão ser realojadas noutra local. O

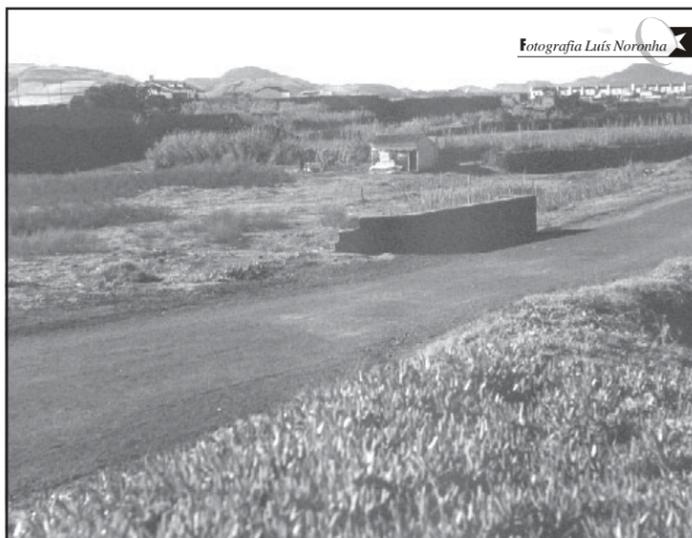
mesmo acontece às do mesmo bairro do Bandejo que tiveram o mar a entrar nas suas casas. Esses locais irão ficar indisponíveis para novas habitações, como é aconselhável.

Um Plano cheio de constrangimentos

A Ribeira Grande tem uma proposta de Plano de Urbanização feito "à medida", com limitações inaceitáveis resultantes de uma filosofia que tem de ser recusada. Esta é a de obrigar a respeitar zonas de reserva agrícola no interior da área da Cidade, impeditivas do crescimento normal desta.

A Cidade tem zonas consideradas urbanizáveis que, segundo os estudos feitos, serão suficientes para as necessidades previstas. No entanto, essas zonas estão totalmente destinadas à execução de projectos de loteamento já aprovados. Assim, não sobra terreno para novas construções. Mais grave ainda é a teoria de que nenhum terreno será desafectado da reserva agrícola, enquanto os outros urbanizáveis não estiverem todos construídos. Ou seja, basta um lote não ser executado para que, por absurdo, mais nenhum possa ser libertado. Assim se facilita a especulação, quando a procura é obrigada a aceitar o que está disponível e ao ritmo que a oferta quiser, impondo os preços que lhe apetece!

Por outro lado, verifica-se que a Cidade não tem equipamentos urbanos fundamentais, como parques, jardins, zonas de recreio e convívio infantis, juvenis e para todas as idades, nem fazem parte dos projectos de loteamento que ocupam todas as zonas consideradas urbanizáveis. O cúmulo é apontar-se como alternativa para a criação de um Jardim Botânico o antigo areal "conquistado" à praia por um aterro entre o Monte Verde e o Bandejo, construído há cerca de 50 anos e que reduziu o areal antigo a um mísero pasto para um par de cabras.



Fotografia Luís Noronha

Aquele "Jardim Botânico" não teria qualquer hipótese de crescer e é sintomático que lhe seja destinado um local tão inóspito, do mesmo modo como foram condenadas as famílias de menores recursos no passado. Foram atiradas para tão próximo do mar, vítimas de todos os inconvenientes dessa proximidade e sem benefício algum.

Os terrenos com aptidão agrícola, se o têm também poderão servir para Jardins ou Parques, mas estão transformados em pastos, com uma serventia pouco condizente com uma Cidade. É defensável manter os jardins, quintais e hortas anexas a habitações particulares, mas manter bolsas de reserva agrícola onde só cresce erva ou mato é insustentável.

Crescer com regras, mas sem estrangulamentos

Os terrenos onde existe um péssimo ordenamento urbanístico, uma vez demolidas as casas, como no passado, podem servir para praças, alamedas ou para o ordenamento da zona litoral, local onde se concentra a

maior degradação.

Não se pode aceitar um crescimento sem regras, permitindo a construção de qualquer tipologia e sem qualquer ordenamento. Este tem de existir, obrigando ao equilíbrio entre as necessidades de habitação e circulação e também a da existência dos equipamentos sociais já apontados. Equilíbrio entre a necessidade de defender o património que tem de ser conservado, a defesa do centro histórico e a necessidade de expansão para outros locais, que não sejam meros bairros/dormitórios.

As novas vias de circulação já executadas e outras projectadas podem constituir uma nova malha para expansão natural da Cidade, unindo as cinco Freguesias, numa ocupação pouco concentrada.

A nova via entre o caminho da Tondela e o caminho das Caldeiras, o prolongamento do caminho da Tondela e da Canada do Rato até à envolvente, a ligação da rotunda do Atalho até à envolvente e desta ao Parque Industrial, como exemplos, permitiriam a expansão da Cidade para Sul.

Uma nova via paralela à estrada regional entre a Ribeirinha e o Rosário e à via mais litoral da Chã das Gatas ligaria a malha urbana da Ribeirinha à Matriz.

O Plano que foi desenhado está espalhado pela definição de reserva agrícola. Repetimos a ideia de defender a coexistência da necessidade de expansão da Cidade e a promoção da floricultura, da horticultura, da construção de Jardins e Parques. Não podemos tolerar a imposição de concentrar as novas urbanizações todas numa ocupação intensiva do centro da Cidade, sem sobrar espaço para os equipamentos urbanos que proporcionam o bem-estar de todos os moradores e de visitantes. Assim haja força para o impedir.

Confiemos no esclarecimento dos cidadãos, capaz de os mobilizar para exigir que a Ribeira Grande tenha um Plano de Cidade com desenvolvimento equilibrado.

Luís Noronha

Álbum

As praias da Cidade:

1ª metade do Séc. XX



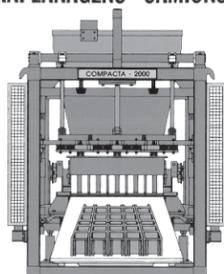
Arquivo: Museu da Ribeira Grande

A. Carita e Gil Gamboa

JOÃO GOUVEIA MONIZ & FILHOS, LDA.



CONSTRUÇÃO CIVIL
MADEIRAS * BLOCOS DE CIMENTO
VIGAS E ABOBADILHAS
CARPINTARIA MECÂNICA
MÁQUINAS DE TERRAPLANAGENS * CAMIONS



SEDE: RUA DO MOURATO, Nº 70

Telfs. 296 472 377 - 296 472 468 - Fax 296 473 022

RIBEIRA SECA - 9600 RIBEIRA GRANDE

SÃO MIGUEL - AÇORES

A Paixão da sua Vila-Cidade



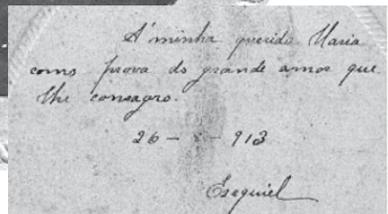
Ao relancear os oitenta e um anos da vida de Ezequiel Moreira da Silva, tem-se a impressão que foi um combatente pela conquista dos seus ideais e, também, pela defesa das suas vitórias. No ardor dos seus vinte anos fundou um jornal *Ecoss do Norte* que, sem favor, foi um baluarte, em prol do progresso da Ribeira Grande e do bem-estar da sua população. No mesmo período tornou realidade admirável o Colégio de Ensino Secundário GASPFR FRUCTUOSO, contribuindo para a elevação do nível intelectual das camadas novas. Com estas duas instituições, Ezequiel Moreira da Silva tornou-se justificadamente benfeitor do povo ribeirão-grandense, e, por isso, teria direito a que o seu nome ficasse marcado brilhantemente nas ruas ou nas praças ou ainda em estabelecimentos de ensino da terra natal. Pelo que se nota – isto é –

pela demora em sagrar-se essa honra, é de admitir que não há “vontade política” nos meios responsáveis. Ezequiel dedicou-se, depois, à tarefa de empresário com o fabrico de blocos de cimento. Com a destruição parcial da Cidade da Horta, devido ao terramoto de 1926, para lá se dirigiu com pessoal masculino e feminino, e, durante 4 anos, desenvolveu obra de reconstrução, com bons resultados. Entusiasmado com a indústria da “farinha de serpentina”, sobretudo para a confecção de papa para crianças e doentes, viaja para Lisboa, onde, em ambiente da Feira Popular e das manifestações das Festas de Santo António, desponta o seu estro poético. Surgem em catadupa as quadras nos manjericos e em folhetos, conseguindo aplausos pela inspiração dos seus versos. Foi o início de uma cruzada brilhante que durou até à morte. Em concursos de toda a espécie, Ezequiel saboreou o

gozo de primeiras classificações, tanto em soneto como em quadras. As menções honrosas sucederam-se da mesma forma.



Arquivo M. da Silva



Ficou memorável o soneto LIBERDADE. Pela morte do primeiro aviador militar português, em desastre em Santana – o Sargento

Álvaro dos Santos Guimarães – foi emocionante o seu soneto ASAS. Distinguiu-se com o livro de poesias – “Horas Incertas”. Com as plantações de maracujá, herdadas dos seus antepassados, Ezequiel Moreira da Silva, empenhou-se primeiramente com a exportação de fruta fresca para a Inglaterra, e, depois, em 1933, iniciou o fabrico do sumo de maracujá, tendo obtido medalha – de ouro numa exposição industrial em Lisboa (1935). O aparecimento do Licor, com o seu nome, corroborou o seu trabalho de industrial na respectiva área. Uma outra faceta do espírito combativo de Ezequiel Moreira da Silva foi a decisão de juntamente com o Dr. Agostinho de Sá Vieira pôr ombros à construção do Teatro Ribeira-

grandense. Recordando-se do seu múnus de professor, desempenhou papel docente na exibição de filmes (na altura, o cinema não era sonoro), explicando o desenrolar da acção e, mesmo depois com os filmes sonorizados, dava conhecimento das legendas, porque grande parte do público era analfabeto. Estamos informados que a Câmara Municipal tenciona prestar homenagem às memórias de Ezequiel Moreira da Silva e do Dr. Agostinho Sá Vieira com uma lápide no espaço de entrada do nosso Teatro – gesto que se regista e se aplaude. Com voz bem timbrada, de pé no camarote central da sua ordem, dirigia a palavra à assistência. Nota de bom gosto deu-a Ezequiel Moreira da Silva, com a participação de Carros Alegóricos da sua empresa nos Cortejos de Oferendas, a favor do Hospital. Alcançava sempre o primeiro prémio. Publicou um livro sobre o Mosteiro de Jesus. A razão desta publicação – como tinha contribuído para a transferência das pedras do convento das freiras, já em ruínas, para as paredes do edifício do Teatro – quis em acto de reparação dar uma notícia histórica acerca daquela casa de religiosas franciscanas.

E. Manuel

ala boote bar

Boa Gastronomia com o Mar Como Horizonte

Largo East Providence, 68 - Ribeira Grande - Telef. 296 473 516 - Fax 296 473 023

ASSINE A ESTRELA ORIENTAL

Esperamos por si...

CENTRO COMERCIAL CO RO RIBEIRA GRANDE

TELEFONE 296472402

JOSÉ DO COUTO, LDA.

AREIA DRAGADA E AREIA FABRICADA

EMPREENHEIRO DE OBRAS PÚBLICAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ESTRADA REGIONAL, N.º 34 ♦ 9600-214 RIBEIRA SECA RGR
TEL.: 296 470 410 ♦ FAX: 296 470 419

RIVER PUB

Nova Gerência

2ª a 5ª Feira das 19H00 às 24H00

de 6ª Feira a Domingo das 18H00 às 02H00

Rua da Ribeira, nº 2 - R. Grande
Telefone 296 473 265

ATS **Álvaro Tavares Silva**

25 ANOS

Chaparia * Pintura * Revendedor CIN * Pronto Socorro

Contribuinte n.º 812 052 153

OFICINA: Estrada Regional, Ribeirinha - Tel: 296 479 626
LOJA: Rua da Praça, 24 - Matriz - Tel/Fax: 296 472 595
9600 Ribeira Grande - Telem: 96 2561 400

SAPATARIA LIMA

R. Gonçalo Bezerra, 37 9600 - RIBEIRA GRANDE Tel: 296 472 732

casa & objectos

Ribeiragrandense

Abertos ao sábado

AÇORES

Precisa Saber Que...

Museus

Cidade
Museu da Ribeira Grande
Sede: Coleções etnológicas, arqueologia, cerâmica, Presépio Movimentado, Laboratório arqueológico
Rua S. Vicente Ferreira, 10
2ª a 6ª feira - 8:30 - 12:30
13:30 - 16:30
296 472 118, ext. 33,37, 39
Arquivo arqueológico/ Largo das Freiras Reservas visitáveis (a abrir brevemente), Rua do Estrela

Museu de Arte Sacra
Sacristia e Arcaño Místico
Igreja Matriz
296 473 660

Concelho
Museu do Pico da Pedra
Rua da Paz
2ª a 6ª: 9 às 12 - 14 às 18
Etnografia local e exposições temporária
296 498 770

Bibliotecas

Cidade
Serviços de Documentação/Museu da Ribeira Grande:
Biblioteca: Arqueologia, história geral, nacional, açoreana e local, museologia, etnologia, literatura açoreana
Hemeroteca: Jornais locais e boletins
Iconoteca: arquivo fotográfico
Arquivo: histórico
Todos os dias úteis das 8:30 às 12:30 e das 13:30 às 16:30
Rua S. Vicente Ferreira, 10
296 472 118, ext. 33
e-mail: info@bib-pub-ribeira-grande.rcts.pt

Calouste Gulbenkian
Especializada em literatura geral, obras de referência e internet
e-mail: info@bib-fixa-ribeira-grande.rcts.pt

Juvenil
Literatura infantil e para adolescentes. Jogos, trabalhos manuais, contos e vídeos.
Todos os dias úteis das 9-12:30 e das 13:30 às 17
Rua da Praça, n.º 5
296 472 118, ext. 27

Livraria

Terceiras Tabacaria e Livraria
Rua Gonçalo Bezerra, 6-8
296 472 804

Alojamento

Cidade
Residencial da Ribeira Grande
Rua dos Condes
296 473 488

Casa S. Rita
Rua Gaspar Frutuoso, 21
296 474 074

Concelho
Quinta de Santana
Canada da Meca
296 491 241

Quinta das Areias
Canada dos Mingachos
Rabo de Peixe
296 491 066

Casa das Calhetas
Rua da Boa Viagem
Calhetas
296 498 120

Solar de Lalém
Estrada S. Pedro - Maia
296 442 004

Herdade de Nossa Senhora das Graças
Lomba da Maia
296 446 369

Casa da Ribeira
Quinta da Ladeira
Lomba de S. Pedro

Teatro Centro Cultural

Cinema: Todos os dias a partir das 21:45
4ª Feira: Matinée às 14:30 e Soirée às 21:45
Domingo: Matinée às 15:30 e Soirée às 21:45
Bilheteira: 296 474 100

Centro Cultural:
Academia de Música / Pontilha
Área escolar da Ribeira Grande:
Expressões musical e dramática /
Clube de informática / Associação de Jovens Jornalistas
Rua El-Rei D. Carlos I
Geral: 296470340
Administração: 296470 345

Comunicação Social

Rádio Nova Cidade
Rua Adolfo Medeiros
296 472 738

Jornal A Estrela Oriental
Centro Cultural
Apartado 6, 9600 - Ribeira Grande

Hospital

Cidade
Hospital da Ribeira Grande
Rua de S. Francisco
296 472 128

Concelho
Posto de Saúde da Maia
Boavista
296 442 600

Posto de Saúde de Rabo de Peixe
Escolas Novas
296 491 783

Posto de Saúde de Fenais da Ajuda
Avenida do Pensamento
296 462 555

Farmácias

Cidade
Misericórdia
Rua de S. Francisco, 19-23
296 472 359

Central
Rua de S. Francisco, 20-22
296 472 426

Ribeirinha
Rua do Jogo 1-A
296 479 202

Concelho
Borges da Ponte - Rabo de Peixe
Rua Padre João J. Sousa, 30
296 491 312

Posto Farmacêutico - Pico da Pedra
Rua Dr. Moniz M. Mota, 9
296 498 600

Santa Casa da Misericórdia - Maia
Rua da Boavista
296 442 244

PSP

Cidade
Rua do Ouvidor, 25
296 472 120, 296 473 410

Concelho
Maia
Rua Santa Catarina, 9
296 442 444

Rabo de Peixe
Av. D. Paulo J. Tavares
296 491 163, 296 492 033

Bombeiros Protecção Civil

Cidade
Serviço
Rua da Praça, 47
296 472 899

Concelho
Maia (Urgência)
296 446 017

Lomba da Maia - Outeiro
296 446 175

Correios

Cidade
Rua N. Sra. da Conceição
296 470 140

Concelho
Maia
Estrada S. Sebastião
296 440 000

Rabo de Peixe
Rua N. Sra. de Fátima
296 490 140

Pico da Pedra
296 498 770

Serviços do Estado e Outros

Centro de Prestações Pecuniárias
296 472 030

Conservatória de Registo Civil
Rua Conde Jácome Correia
296 472 555

Conservatória do Registo Predial
Rua Sousa e Silva
296 472 133

Cartório Notarial
Rua Conde Jácome Correia
296 472 115

Delegação da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada
296 472 375

Repartição de Finanças
Rua do Espírito Santo, 2-4
296 472 211

Tribunal Judicial
1.º Juízo / 2.º Juízo
Rua Sousa e Silva, 7
296 470 300

Turismo

Posto Municipal de Turismo
Jardim do Paraíso
296 474 332

Autarquias

Cidade
Câmara Mun. de Ribeira Grande
Largo Artur Hintze Ribeiro
296 472 118

Junta de Freguesia de Ribeirinha
Rua Aristides Soares Gamboa, 26
296 479 431

Junta de Freguesia de Matriz
Rua Prior Evaristo C. Gouveia
296 473 512

Junta de Freguesia de Conceição
(Prov.) Rua de N. Sr.ª Conceição, 114
296 472 270

Junta de Freguesia de Ribeira Seca
Rua do Mourato, 1
296 472 845

Junta de Freguesia de S. Bárbara
Rua N.ª Sra. das Vitórias, 49
296 477 166

Concelho
Junta de Freguesia de Lomba de S. Pedro - Covão
296 462 550

Junta de Freguesia de Fenais da Ajuda
Rua da Canada
296 462 402

Junta de Freguesia de Lomba da Maia
Largo da Igreja
296 446 041

Junta de Freguesia de Maia
Rua Santa Catarina
296 442 246

Junta de Freguesia de S. Brás
Rua Nova, 13
296 442 850

Junta de Freguesia de Porto Formoso
Rua Pe. João B. Couto, 19
296 442 474

Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
Rua do Rosário, 29
296 491 266

Junta de Freguesia de Calhetas
Largo da Igreja
296 498 270

Junta de Freguesia de Pico da Pedra
Avenida da Paz, 14
296 498 770

Peixe, Carne e Marisco Vivo

Cherne
Albacora
Goraz
Pargo
Rocaz
Abrótea
Garoupa

Restaurante O SILVA

Cavaco
Cracas
Lapas
Lagosta

Ribeira Seca - Ribeira Grande
Telefone: 296 472641

Nortadas

Reacções I

Fez questão em ser o primeiro assinante deste jornal, acercou-se de nós, exclamou aliviado e orgulhoso: 'Que me lembre, o nosso jornal foi a melhor coisa que acontecesse à Ribeira Grande nos últimos tempos!'

Reacções II

Para os que, ao tomarem conhecimento da *Ressurreição* deste jornal, lhe agouraram dois ou três números de vida, aqui vai o terceiro com sangue na guelra, fresco que nem um chicharro à boca do barco no porto de Rabo de Peixe. Tal como o nosso amigo e mestre Ti Mariano Frade, o sábio calhauseiro octogenário da nossa Cidade, que todos os anos diante da Imagem do Senhor Santo Cristo Atado à Coluna, algures no caos primordial do interior da igreja dos Frades, pede mais um ano de vida, *A Estrela Oriental* ao sair mais um número pede *humildemente* outro. Valha-nos Santo Cristo Atado e Açoitado à Coluna!

Os Verdes do Canto do Lima



Na freguesia do Apóstolo São Pedro, Cidade da Ribeira Grande, no Canto do Lima, junto ao passeio fronteiriço ao Café, propriedade da dinâmica e próspera família Correia, que muito orgulha a Cidade, medra em alguns vasos, a olhos nunca vistos, uma frondosa, fresca e apetitosa *horta saloia*, constituída por, entre muitos outros produtos agro-industriais da ubérrima planície do Morro: um par de rijos tomates, diversos pés de milho doce, rotundas *tocas* de beterraba, aromáticos pés de tabaco e emaranhados de vagens enormes de feijão verde trepador. Este oásis vicejante, com mais variedade e fartura do que as primícias das *alâmpadas*, tem por detrás a mão cuidadosa de um par de frequentadores assíduos daquele estabelecimento comercial e a cumplicidade dos restantes. Ai de quem lhes toque! Serão, com toda a certeza, condiscípulos espontâneos do inefável ecologista arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, uma espécie de Santo António Verde que, ao insistir em propor corredores verdes e outras verduras para as selvas urbanas de betão armado, prega aos peixes da irrisão e da indiferença. Para que a nossa Cidade se torne mais alegre, menos cinzenta e mais viva,

basta dar aos do Canto do Lima a responsabilidade de ajardinar o seu mais triste e desolado ermo, um verdadeiro deserto de Saara de betão: o 'Prolongamento da rua do Estrela.' Os cidadãos agradeceriam, eles, pelo que sei, nada levariam, excepto o refresco e o petisco: **'uma boa pinga da Caloura e umas rodela de chouriço picante da nossa terra.'**

Triângulo das Bermudas?



Pretendeu-se, louvavelmente, com a construção de dois triângulos rodoviários na entrada Poente da freguesia de São Salvador do Mundo, vulgo Ribeirinha, uma das cinco da Cidade da Ribeira Grande, disciplinar e orientar o trânsito tanto para o interior da freguesia como para as freguesias a Nascente do Concelho da Ribeira Grande ou para os Concelhos vizinhos de Povoação, Nordeste e Vila Franca. Porém, mercê de sinalização escassa, ou inexistente (placas de informação), e inadequadamente colocada (placas de sinalização de trânsito), tal como no homónimo das Bermudas, nestes também ocorrem em catadupa episódios insólitos e inexplicáveis. Pedem-nos alguns dos seus vizinhos para alertarmos quem de direito, pois, segundo alegam, pelos motivos apontados, ocorrem em média uns três acidentes de viação por semana, além do desvario dos que pretendem ir para as Furnas, Moinhos, Maia, etc., e dão de caras, os mais sortudos, com o paradisíaco porto de Santa Iria, a formosa Ponta do Cintrão, ou o esbelto e solitário Farol de Santa Iria, os menos afortunados, porém, são confrontados com a visão infernal da infecta *lixreira* da Chã das Gatas, alimentada pela falta de civismo de um punhado de indignos cidadãos. Com um pouco de boa vontade tudo se resolve, e que a autarquia continue a porfiar, pois *água mole em pedra dura, tanto bate até que fura!*

Banhos de Leite, de Lama & Ca. Ilimitada!

'Açores, Natureza Intacta' A mensagem publicitária (*slogan*) que promove, ao que consta, com êxito retumbante, os Açores no Mundo Civilizado, por certo assentará que nem uma luva na *magnífica orla costeira* da Cidade da Ribeira Grande, que se estende do Areal de Santa Bárbara, a Poente, na freguesia de São Pedro, às Covas, na freguesia da Ribeirinha, a Nascente. O mesmo

se dirá das margens das ribeiras, da nascente à foz, que sulcam o espaço da Cidade: Ribeirinha, Grande e Seca!

Amigos nossos, fregueses fiéis do *Orla Marítima*, uma espécie de restaurante de culto, reunindo a nata, a fina flor, o escol da Cidade, instaram-nos a lançar publicamente repto aos responsáveis pelas pastas do Ambiente na Região a percorrerem, tal como fazia o Ministro Ferreira do Amaral, o popular *Betoneira do Amaral*, 'incógnito e de máquina fotográfica em riste', aquele troço da costa Norte.

Sugerem ainda que, após o *reconfortante* passeio, as ditas autoridades locais e regionais venham refrescar-se às Poças. Até há poucos anos atrás, ir às Poças era como ir a outra qualquer *Poça* da Ilha: água meramente cristalina e despoluída, simplesmente igual às demais da Ilha, nada de original, até banal como se vê. Todavia, talvez por sermos *visceralmente* diferentes, identidade *oblige*, as nossas Poças oferecem com estranha frequência, qual Dádiva ou Maná Divino, quer chova quer faça sol de rachar 'penicos da Lagoa', **Banhos de Lama**, óptimos para tratar afecções cutâneas, como o recomendam insistentemente dermatologistas credenciados e o praticava a celeberrima Dona Beija, astro refulgente do Universo telenovalesco brasileiro, e **Banhos de Leite**, variante bovina, à base de ácidos e de outros ingredientes de boa estirpe, excelentes para manter a tez alva, como o prescrevem, sem hesitação nem pejo, esteticistas capazes, a exemplo do que fazia a bela, competente e fatal 'Cleóptara', antiga faraó do remoto e antiquíssimo Egipto, variante leite de Burra. Em vista disto, por certo, os ilustres visitantes apressar-se-iam a encomendar, face ao novo visual das Poças, a uma Agência de Publicidade, especializada no tratamento positivo de imagem urbana, a invenção de uma nova imagem. Sugerimos o seguinte: **Banhos de Leite de Vaca e de Lama Industrial, só nas Poças! A Ribeira Grande, Aleluia!, já não tem só Canários e Vinho de Cheiro, mas Banhos de Leite e de Lama!** Mais ou menos assim. Eis como atrair turistas e reter naturais! O resto são conversas.



Prémio Natureza Intacta

Banhistas, pescadores e demais cidadãos *loucamente* agradecidos, enfim a simples e mera maioria da *população* residente, veriam com bons olhos a quem de direito (nossa Direcção Regional do Ambiente? NOSSA porque não é só das Ilhas do chamado Triângulo, não é verdade?) atribuir um inequívoco prémio de **Cidadania Exemplar** aos

presumíveis e talentosos criadores de tais obras, ao que parece, certamente por excesso de modéstia, ainda se mantêm anónimos. Há quem diga que, descrentes das virtudes terapêuticas que filantropicamente ajudaram a criar, tal como Deus Nosso Senhor, Criador do Mundo descansou após a Criação, estes Criadores descansam nas quentes e meramente transparentes águas de outras Poças.

A ribeira Grande é um Alegre Arco-Iris

Outro útil e *vantajoso slogan* publicitário para promover turisticamente a **nossa Cidade**, de todos nós, evidentemente, poderia rezar assim: **A água da ribeira que dá o nome à Ribeira Grande é limpa e transparente. Esta é a excepção que confirma a regra: a água da ribeira Grande, desde há muito, Graças a Deus!, é verde, branca, castanha, cor-de-rosa, azul, entre outros subtis cambiantes da mais fina e rica paleta cromática. Um Alegre Arco-Iris.** Diz-se que andam a lavar os *fundos* da ribeira. São crostas espessas, camadas enormes de lamas secas, que se acumularam ao longo de séculos. Bom trabalho, continue assim Direcção Regional do Ambiente!

Parabéns! Areal de Santa Bárbara, Pico Arde e Festa do Comerciante I

No início do mês de Julho, a Cidade da Ribeira Grande, graças à autarquia, viveu três momentos de alta urbanidade: a Festa do Comerciante, a inauguração da estação de tratamento de águas, no Pico Arde, e a digna reabertura do Areal de Santa Bárbara. Assim se constrói a nossa Cidade. Parabéns e Muito Obrigado!

Areal II



Na segunda-feira, quando o Areal abriu ao público, com nadador-salvador, balneários, parque de estacionamento, etc., havia quatro pessoas particularmente felizes e com razão: António Pedro Costa, Filomeno Gouveia, Norberto Gaudêncio e João Oliveira, mais conhecido por João 'Brilhante'. Os olhos do João 'Brilhante', o mais ribeira-grandense dos micalenses, seguramente o 'amante mais fiel' e acérrimo defensor do Areal, exultavam! Pelo que vimos, este ano aquela *mártir* extensão de areia, seguramente a maior da ilha do Arcanjo São Miguel, convida os amantes do bronze, da 'marmelada', da leitura, dos futebóis, das sonecas, dos passeios na areia, dos mergulhos ao fim de tarde e os 'surfistas'. Tudo em sítio adequado. Aleluia! Não foi assim tão difícil, pois não. Por favor, fiquem em casa,

deixem o Areal só para mim e para alguns amigos meus. Não vale a pena levar cães, cavalos, vacas ou bezerros. Pois, tal como dizem uns Zé Cabras da canção *Rap Nacional: Eles não sabem nadar!* Estamos conversados?

O quiosque da simpatia

O quiosque do Tabuleiro é um primor. Vale a pena lá parar por várias razões: somos não só recebidos com a inexcusável simpatia da D. Fátima mas também somos brindados com o que muitos consideram ser os melhores sorvetes da Cidade. Digam que vão da nossa parte.

Rui & Gastão adquire 'Auto Açoriana'

A firma Rui & Gastão adquiriu no início do mês de Abril a firma Auto Açoriana, com sede na rua de Lisboa, na Cidade do Sul, tornando-se, assim, a única concessionária para os Açores da marca BMW. Parabéns Rui.

Ao eleitor: Abriu a pré-temporada de Caça!

Apesar de só legalmente poder acontecer mais para lá, por alturas do São Martinho, ou talvez de Santa Luzia, alguns caçadores andam já numa roda-viva, numa dobadaura frenética. O *fuseiro* desconfiado, com a ironia boçal que o caracteriza, mordaz, com o rabo pelado de tanto paraíso prometido, mas nunca enxergado, nem por canudo de cana da ribeira da Pernada, cospe: 'Os políticos andavam todos de chupeta na boca, se por cada mentira, lhes caísse um dente!' Por outras palavras: **Obras meus senhores, obras. Palavras leva-as o vento!**

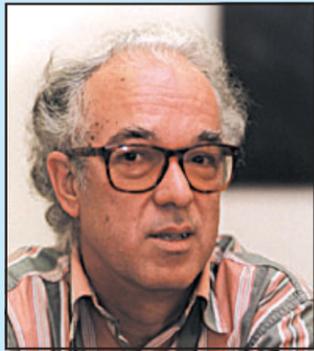
Procura-se Ponte dos Nove Arcos: Dão-se alvissaras a quem a encontrar

Senhor Contente, digno Secretário das Habitações e Obras, ninguém por estes lados da Ilha conhece, ou sequer ouviu falar, na sua Ponte dos Nove Arcos, a não ser, segundo nos adiantou um amigo experiente nestas coisas, que nos esteja a prometer um novo arco à nossa Ponte dos Oito Arcos.

Agora, acerca da responsabilidade da manutenção de uma ponte real, de Oito Arcos, pelos vistos, deixe-me que lhe diga, por onde circulam milhares de pessoas de carne e osso, transparece o seguinte: as *nossas* entidades '*competentes*' dão um bem elucidativo espectáculo de desvario, desacertam e, 'não vá o Diabo tecê-las', antes que algo de grave aconteça, a memória da tragédia da Ponte de Entre Rios está bem fresca, procuram 'sacudir a água do capote', por outras palavras, o problema anda de *Ainás* para *Caiçás* e *Pilatos* lava as mãos! Permitam-nos a pública insolência de reformular, a quem de direito, a pergunta feita no número anterior: Terá o LREC procedido a todos os estudos exigidos, inclusive ao que testa a **resistência dos arcos ao peso?** Sim, ou não. **Entendam-se meus senhores**, os cidadãos e o bem público exigem-no!

Crónica Mal-Humorada

O meu reino por uma bola



Naquele tempo, a primeira tática que revolucionara o futebol ao molho no século XIX (um defesa e nove avançados) evoluiu tanto que, em Santa Maria, já se jogava com dois defesas, três médios e cinco avançados. Teoricamente apenas, porque, na prática, o que se via era o clássico sistema zero-dez: o 'keeper' (que nestas contas não conta) na baliza, os outros nas proximidades de onde se imaginava estar a bola. Quarenta pernas à volta de um pedaço de couro, com setenta centímetros de circunferência e mais duro que o da nau Catrineta, resultavam forçosamente numa enorme percentagem de pontapés que acertavam nos alvos alternativos: as caneladas dos adversários, que ficavam com aquelas heróicas nódoas negras que só desapareciam no Domingo seguinte, quando outra biqueirada reavivava a dor e a cor entretanto esmorecida, renovando o ainda incompleto ciclo do 'incha, desincha e passa.'

Nos pastos de Santana, não tínhamos esses luxos de botas que pesavam meio quilo cada uma e podiam chutar as próprias pedras sem prejuízo das unhas. Nem sequer havia sapatos nem nada que se parecesse. Por isso, a única protecção eventual exibida nos pés era um enorme pano branco, amarrado com elegante laço a algum dedo escalavrado na véspera, que depressa ficava negro e, quase sempre, não resistia o jogo inteiro, deixando à vista a carne viva. Ninguém desistiu nunca nem morreu de tétano. Jogava-se, pois, com sapatilhas de couro natural, que tinha a vantagem de se consertar a si mesmo quando sofria qualquer avaria.

Lembro-me de ser, com frequência, o jogador mais desejado, ao estilo do 'falta um.' Escolhidos os craques, se se verificava que havia, por exemplo, sete de um lado e seis do outro, alguém dizia: 'Falta um!' Era eu, claro. Habilidade de pés como o Damas em criança, faziam-me o que sempre lhe aconteceu: para a baliza, porque, como jogador de campo, só servia para facilitar a vida aos adversários, se estava a 'back', e

para atrapalhar os colegas, no momento de rematar, se era avançado. Mas, ao contrário do Damas, eu tinha o condão de fazer felizes as duas equipas: a minha, porque resolvia o problema de ninguém gostar da baliza; a outra, porque, contra mim, qualquer um era o Matateu.

O nosso futebol tinha leis mais leais e justas do que o dos homens grandes do Aeroporto e da Vila. Caneladas, muitas menos, porque pé descalço contra canela faz doer tanto a canela como o pé. As balizas adaptavam-se ao tamanho do campo e ao número de jogadores: bastava afastar ou aproximar um pouco os dois pedregulhos que fingiam de postes, e que jamais ficavam a quase uma légua um do outro como os verdadeiros das balizas do campo do Aeroporto. (Nunca mudei as pedras um centímetro, embora houvesse quem fosse capaz de o fazer, se apanhava a equipa contrária distraída. Quando os prejudicados davam pela falsidade, depois de algum remate que passara sobre uma pedra-poste, discutia-se a reposição do tamanho da baliza, o que, conforme a fúria dos espoliados, poderia ter efeitos retroactivos, validando-se o golo.) Quanto à barra, não era como aquela trave altíssima a que só de escadote podia chegar quem não fosse ave ou anjo: variava conforme a altura do guarda-redes. Remate por alto que passasse entre os supostos postes tinha de ser discutido. 'Ele não chegava à bola!' ('Ele era o guarda-redes, provavelmente eu.') 'Chegava, chegava!' teimava quem queria desonestamente o golo. Lá ia a prova. O frangueiro esticava-se, fingia que pulava quanto podia. Os colegas asseguravam que a bola tinha roçado as nuvens, os outros garantiam que lhe passara a dois dedos da testa. Ganhava o pleito, com plena justiça, a equipa que tinha o capitão mais forte.

As transferências eram também muito mais democráticas. Não era preciso esperar que a época acabasse, podia haver troca de atletas até durante um jogo. Por exemplo se a partida era daquelas de 'seis muda, doze acaba', em entrando o golo que impunha a mudança de campo, se o resultado estava para aí em seis a zero ou seis a um, chegava-se a um acordo de cavalheiros. Trocava-se, então, um dos ases da equipa em vantagem por um aselha da outra. Eu servi muitas vezes de troca.

Por isso não acredito no ditado 'querer é poder.' Pode tê-lo dito Pelé, quando marcou o seu milésimo golo, mas eu não. Aliás, uns anos depois pude um pouco, mas apenas enquanto resistiram uns sapatos milagrosos, de biqueira larga e recta: aquilo era só olhar para a baliza, dar um biqueirão na bola de borracha, e o guarda-redes nem a via. Só acreditava que era golo porque os próprios companheiros o convenciam. Cheguei a ganhar jogos por 7-6 e 8-7 em

que marcava os golos quase todos. O meu adversário fixo era o José Henrique Berquó Avelar da Silva, muito mais novo do que eu mas com uma envergadura tal que, parado na sua grande área imaginária, parecia uma defesa em linha, e, em movimento acelerado, pesava aí coisa de meia tonelada. (Aos dez anos, entrava nos filmes de doze sem que o senhor Cardoso desconfiasse da idade do matulão, mas levava a cédula pessoal quando ia à piscina, para pagar só cinquenta centavos.)

É certo que, depois disso, cheguei a fazer jogadas fenomenais ao longo da minha carreira. Mas, se eu falar delas, ainda vão pensar que estive a mentir até aqui ou que vou mentir daqui para diante. Mas arrisco.

Uma vez, na praia de Piles, perto de Valência, fiz uma defesa completa em voo espectacular, a remate de um turista alemão, de tal maneira que o miúdo dono da bola me perguntou se eu era guarda-redes do 'Valência.' E, uma outra vez, defendi um remate à queima-roupa e respectiva recarga, que só voltei a ver semelhante quando o Bento pareceu três, em Wembley, num jogo que Portugal empatou a zero com a Inglaterra. Um colega que era guarda-redes a sério, e estava atrás da baliza, confessou espantado: 'Eu não faço disso!' Respondi-lhe: 'Nem eu! Já vais ver como elas entram'. Ele viu. E fui o único a defender um 'penalty' marcado pelo Juanjo, que hoje é bispo na República Centro-Africana e continua meu amigo, apesar disso. E golos? Ah! Esses, poucos mas bons, como o Pedro Barbosa. Até marquei dois de cabeça, apesar de terem sido mais as vezes em que a bola me bateu nela do que aquelas em que dei com a cabeça na bola. Lembram-se do Negrete, esse barrete que o Sporting enfiou só porque tinha marcado o melhor golo do Campeonato do Mundo? Pois, se tivessem filmado o 'top ten' das minhas jogadas, eu haveria posto os 'grandes' de Portugal a suplicar-me a assinatura num contrato vitalício.

Mas estou convencido de que o meu problema com o futebol foi nunca ter sabido dançar. Numa digressão que o Belenenses fez aos Estados Unidos, um crítico americano escreveu que Yaúca fintava daquela maneira porque sabia dançar o rock'n roll. Ora a única lição de dança que recebi na vida durou dois segundos. A minha colega Suzete garantiu-me, no Asas do Atlântico, que me ensinaria a dançar quando a emissora do Clube, que estávamos a ouvir, desse uma música a jeito. Às tantas, puxa-me para o meio do salão, dou três passos arrastado por ela, e logo a oço ordenar escandalizada: 'Senta-te! Senta-te! Isto é um tango e estás dançando uma valsa!'

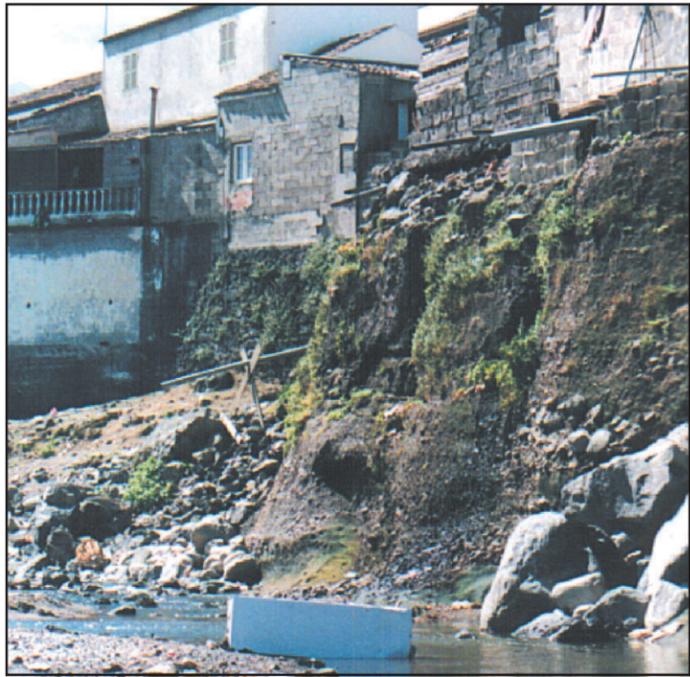
Daniel de Sá

Contrastes

fotógrafo



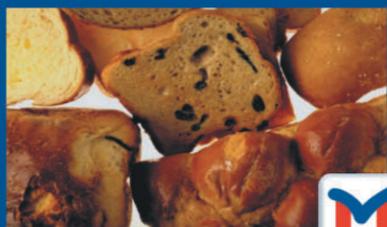
Um exemplo a seguir, é o que me vem à ideia quando vejo aquele pequeno jardim na rua do Berquó... Feliz daquele que o idealizou, e parabéns aos moradores da zona por o conservarem e não o destruírem...



As margens da nossa 'ribeira Grande' estão a salvo, pois existe um autêntico exército de artilharia pesada (tubos de esgoto) a defendê-las dos ataques de batéis de piratas (frigoríficos) que nela navegam em direcção ao mar...

A Estrela Oriental Procura Voluntários

Se quiser colaborar no projecto jornalístico da Ribeira Grande contacte a redacção do jornal.



Modelo

Ponta Delgada - Horta - Angra do Heroísmo - Praia da Vitória

Custa Pouco Viver Melhor

SUPLEMENTO Patrocínio
Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
Onde a terra e o mar
rivalizam como fonte de vida.
Tudo é prioritário.
Nada pode ser adiado! **A.Martins**

Rabo de Peixe

O Ciclo do Espírito Santo

Hermano Teodoro - Museu da Ribeira Grande



A cada canto, seu Espírito Santo.

(Adágio da Ilha Terceira)



Arquivo Museu da Ribeira Grande

MARIANO BRUM GOUVEIA & FILHOS, LDA.



Materiais de Construção
Ferragens - Ferramentas

Loja de Ferragens
☎ 296 490 120

Central de Madeiras
☎ 296 490 120



Tubos, Canalizações



Telha Sol



Pavimento



Tintas



Ferramentas Eléctricas



Ferragens, Ferramentas
Materiais de Construção
Madeiras Regionais, Exóticas e Diversas
R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 5

Explicação

O Museu da Ribeira Grande dedica este estudo ao laborioso, acolhedor e simpático povo da próspera freguesia de Rabo de Peixe. Um especial agradecimento aos Presidentes das Comissões das Bandeiras da Beneficência e da Caridade e a todos os Mordomos, Despenseiros e Festeiros do Divino Espírito Santo, ano de 2001. Sem eles este trabalho não teria sido possível.

O breve estudo que aqui se apresenta, o qual teve o seu início na Páscoa de 2001, não deixa de ser um primeiro levantamento, acompanhado, é certo, de algumas interpretações, ainda sujeitas a mais pesquisa e à devida maturação, de uma realidade que nos parece ser ampla e diversificada, merecendo, por isso, para além de outras riquezas etnográficas que a freguesia de Rabo de Peixe proporciona, um imprescindível acompanhamento de longa duração, coisa que o Museu de Ribeira Grande, certamente, irá ter em conta.

No contexto dos Açores, no que às Festas do Espírito Santo diz respeito, a Ilha de São Miguel, constitui uma variante, grosso modo, conhecida por *sistema das Domingas*. Em nossa opinião, as festividades na freguesia de Rabo de Peixe, Bandeiras, Coroas e Despensas, parecem formar uma *sub-variante*; isto é, não se enquadram nesse *sistema*. Com este embrionário apontamento, pretende-se dar a perceber, claro que num sobrevoo, fruto, essencialmente, de uma *pesquisa no terreno*, o Ciclo das festas do Divino Espírito Santo naquela freguesia.

Festas que vão da Páscoa a São Pedro

O Ciclo em que decorrem as festividades tem uma duração que se cifra, aproximadamente, em dois meses e meio. Elas prolongam-se, como é da tradição, entre o dia de Páscoa e o dia de São Pedro. Neste Ciclo, ao que pode parecer, muito rígido no cumprimento de todas as funções, é óbvia a preocupação em se manter um paralelo entre o Calendário Litúrgico Católico, ou seja, o da Igreja, com algumas das suas práticas de culto e com certos fenómenos da religião popular, e o desenrolar da dimensão festiva em redor do Divino Espírito Santo. Como exemplos: a Bandeira da Beneficência está para o Dia do Pentecostes como a Bandeira da Caridade, também conhecida por Bandeira da Trindade, está para o dia da Santíssima Trindade; ou ainda, a Coroa dos Inocentes, ou da Praça, está para o Dia do Corpo de Deus, este a coincidir com as cerimónias relativas à

Três Divinos: Bandeiras, Coroas e Despensas

As festas apresentam três modalidades ou categorias do Divino Espírito Santo, sendo estas, face à sua dimensão organizativa e de relação com o Divino, onde o papel da Igreja é relevante, susceptíveis de constituírem uma hierarquia. No topo dessa hierarquia, temos as Bandeiras; no seu centro, e como segunda modalidade, as Coroas; e na sua base, digamos a terceira categoria, as Despensas. Por outras palavras, com esse desnivelamento pretende-se mostrar que organização, ou *instituição*, e ligação ao Divino vão decrescendo das Bandeiras para as Despensas. Em mais detalhe: as Bandeiras são autênticas instituições, aparecendo organizadas com um suporte humano e financeiro audacioso. Cada uma delas possui uma Comissão, a qual,



Primeira Comunhão na paróquia, como a Coroa de São Pedro está para a Festa de São Pedro Gonçalves, vulgo Santinho do Mar, bem como para o dia do Apóstolo Pedro, com as suas Cavalhadas, a 29 de Junho. Em resumo, o Ciclo festivo em volta do Divino Espírito Santo, na freguesia de Rabo de Peixe, abre com a Morte de Cristo e “fecha com as chaves” de São Pedro.

para além do apoio permanente à festividade, garante a cada Mordomo futuro um *fundo monetário*, este a ser-lhe devolvido na sua totalidade ou acrescido de mais valor. A relação com o Divino que mostram é densa. Talvez a sua componente mais forte. Inclusive, a Igreja encontra-se mesclada com as Bandeiras; isto é, acompanha a festividade desde a *abertura e benção do quarto*, passando



pelas outras Benções (carne, pão), pela Missa Solene Cantada, com Sermão de pároco “de fora”, no dia do Cortejo, indo até ao Sermão no momento da entrega da Bandeira ao Mordomo futuro. Já as Coroas ostentam uma organização algo diversificada: duas, ao que parece, e à semelhança das Bandeiras, possuem Comissões e *fundos monetários*; uma outra está associada à Banda Filarmónica Lira do Norte (a de São João); as restantes três dependem, unicamente, dos seus mordomos. Em todas elas o mordomo em *função* assume um papel de coordenador deveras crucial. Nas Coroas ainda subsiste a verdadeira dádiva; quer dizer, a contribuição para a Festa (pombos, coelhos, frutas, vitelos), sem o seu equivalente: a contra-dádiva. Ao que se pode averiguar, a sua relação com o Divino, dá-se, quanto a nós, essencialmente, no dia da *coroação*, daí que a sua densidade religiosa possa parecer menor, mas não com menos carga intencional. Tal como nas Bandeiras, nas Coroas o ambiente de solenidade é óbvio: os seus cortejos (procissões), por exemplo, transpiram vagar, silêncio, adoração por Deus. A *coroação* na igreja respeita, como é inevitável, o sentido do Pentecostes. Podem coroar crianças e adultos. Quanto às Despensas, dada a sua matriz espontânea, não requerem uma

estrutura organizativa complexa e recheada de variadas funções. Restringem-se a um grupo coordenado pela iniciativa de um Despenseiro, cuja casa concentra a atenção das festividades: divisão da carne depois do abate do gueixo, local dos *Balhos de Castanholas* para o grupo da Despensa e para os grupos de outras Despensas. Existem Despensas com alguns anos de existência. No entanto, é sempre imprevisível o número das que poderão *sair*. A sua relação com o Divino afigura-se-nos bastante original. Convém salientar que elas não ostentam insígnias. É certo que o Padre benze as suas “carnes”, ficando por aí o papel da Igreja. Todavia, é no seu actuar que elas fazem emergir uma notória relação com o Divino: o abate do gueixo e a sua partilha pela comunidade, sempre em ambiente de festa, de folia, de cantoria, revelam-se estruturas essenciais para o reforço das relações sociais e do Homem para com Deus.

Em rigor, é de se defender, com alguma segurança, a ideia de que na freguesia de Rabo de Peixe existem três Divinos Espíritos Santos, notoriamente autônomos, contudo, passíveis de serem colocados numa hierarquia, sem que a mesma os possa minorizar em nada, já que todos cumprem, na sua plenitude, a função a que se propõem.

Resguardar e expor o Espírito Santo



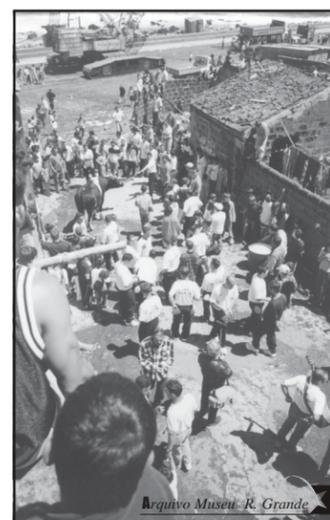
Antes do início do Ciclo festivo propriamente dito; ou seja, entre o final de Junho (Dia de São Pedro) e a Páscoa seguinte (1.ª Corrida da Irmandade, Bandeira da Beneficência), pode constatar-se que o Divino encontra-se reservado, oculto, cabendo aos mordomos um permanente cuidado para com Ele. Durante esse período, os

mordomos (das Bandeiras e das Coroas), e todos os interessados da comunidade, mantêm um contacto bastante íntimo para com o Divino Espírito Santo: é o caso do azeite para as luminárias, o envio de flores para envolver as insígnias, os terços solitários ou em grupo. Nas Despensas, ao longo desse período, a sua

preparação não deixa de relevar uma viva expectativa à Sua volta (a Festa está latente). Se no período festivo a exposição do Divino, ou a Sua saída, reactiva a ideia de que Deus é Amor, Partilha, Comunhão, o seu *período de intimidade* também não faz esquecer que no quotidiano essa postura deverá estar presente. É interessante verificar-se que, em especial, nas Bandeiras e nas Coroas, essa fase de intimismo ainda irrompe adentro do Ciclo festivo, uma vez que o Divino só é exposto no seguinte *tempo*: para o caso das Bandeiras, no final das Segundas Corridas das Irmandades; ou seja, logo após a *abertura dos quartos*, abertura essa que requer um discurso eclesialístico, seguido da devida Benção, e à actuação de uma Banda Filarmónica; ao

nível das Coroas, ocorre depois das *coroações*, quando os mordomos procedem à *abertura dos quartos*, facto esse que também obriga ao actuar de uma Banda Filarmónica. Finalmente, nas Despensas, apesar de não existirem insígnias, nem tão pouco *quartos*, a *exposição* do Divino torna-se manifesta em torno do acto do *sacrifício animal* (reforço das relações comunitárias e do Homem para com Deus). Portanto, o Divino Espírito Santo encontra-se oculto, velado, íntimo, no período que medeia entre o “fecho” das Festas e a *abertura dos quartos* no ano seguinte. A sua exposição dá-se, essencialmente, para Bandeiras e Coroas, depois de legitimada pela intervenção da Igreja, numa espécie de auto legitimação divina: discursos e

as variadas benções do Padre no caso das Bandeiras e as *coroações* no âmbito das Coroas. Nas Despensas, apesar da benção da carne pelo Padre, a exposição ou reactivação do Divino dá-se, verdadeiramente, em todo o seu actuar.



Cenários Ramalheiros e quartos



Arquivo Museu R. Grande

A Festa implica um cenário, neste caso múltiplos cenários: uns interiores e outros exteriores. Quanto aos cenários exteriores Bandeiras, Coroas e Despensas mostram um denominador comum: as portas principais dos mordomos (presentes e futuros) aparecem ornamentadas com criptoméria trabalhada em forma de arco, sendo que para as Despensas a ideia de arco encontra-se latente: em cada lado das portas, simplesmente, colocaram-se ramagens de criptoméria, incenso ou até de acácia. Em virtude da sua grande espontaneidade, os cenários exteriores das Despensas aparecem bastante heterogêneos, aglomerando, por exemplo, elementos de cultura *pop*, e de propaganda política. Por outro lado, e grosso modo, as Bandeiras e Coroas colocam *ramalheiros* de criptomérias, respectivamente, entre a casa do Mordomo e o Barracão e entre a casa do Mordomo e o local da *armação* do *império*. As Bandeiras têm por costume

ir buscar os ramos de criptoméria, durante a semana da Festa: a terça-feira é para as verduras; isto é, criptoméria miúda ou picada, para a decoração do Barracão, e na quinta-feira, *dia dos ramalheiros*, é para as pequenas árvores, as quais ajudam a ornamentar as ruas entre a casa do Mordomo e o Barracão. É na quinta-feira da Festa, que são colocados, pelo Mordomo presente, os *ramalheiros* na porta da Mordomo futuro; ou seja, o Mordomo presente também prepara a nova recepção da Bandeira. Quanto aos cenários interiores, é de relevar que, durante o Ciclo festivo, os *quartos* onde o Divino é exposto, incluindo os dos novos ou futuros mordomos, exibem uma cenografia tipo *teatro*, com a inevitável *boca de cena*. Neles são colocadas todas as suas insignias. Para as Coroas todas elas, para além das *bandeiras*, *coroas* e *ceptros*, há a registar a colocação dos *estandartes* que abrem os seus Cortejos. Não deixará de ser relevante registar-se que, actualmente, nelas, tanto no interior

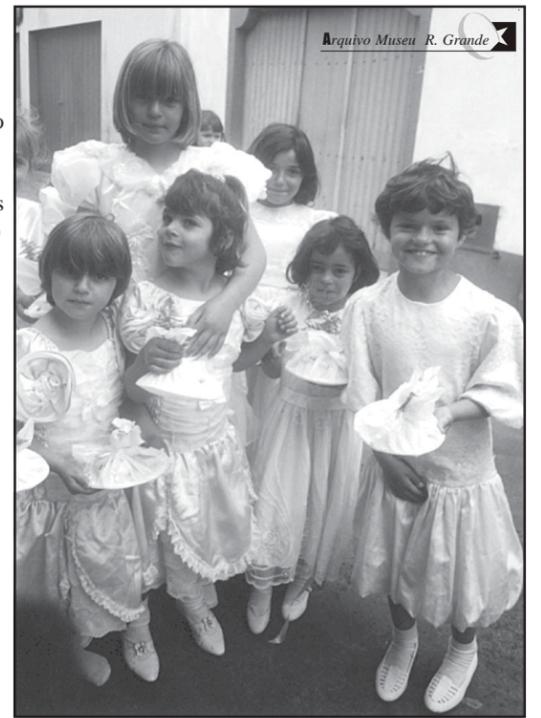
como no exterior, o Divino é colocado em *teatro*. Curiosamente, todos os *quartos*, mesmo os dos mordomos futuros, encontram-se ornamentados com o branco cetim; um branco que remete para a *pomba*, imagem do Divino Espírito Santo. Inclusive, todas as *bandeiras* do Divino Espírito Santo são expostas em forma de Alfa, como que a nos orientar para a ideia de que Deus é o Princípio de todas as Coisas. O quarto da Bandeira da Caridade, cujo *enfeitador*, em 2001, foi o Senhor Emanuel Páscoa Gonçalves Pimentel (48 anos), apesar da sua cenografia fazer lembrar uma *boca de cena*, apresenta um Ómega; ou seja, neste caso particular, a significar que Deus está na Origem e no Fim do Universo.

Lugares das festividades

A casa do Mordomo, a casa do Despenseiro, a igreja/templo, o Barracão, as Ruas, Largos (para o caso das Coroas e das Despensas) e os Cruzamentos são os lugares centrais das festividades. Para as Bandeiras, Coroas e Despensas, as casas dos seus mordomos e despenseiros funcionam como *lugares operacionais* da Festa. No entanto, as casas dos dois primeiros, para além de servirem de resguardo equilibrado do Divino, durante o seu período de intimidade e de exposição, e de ponto de apoio logístico à festa, são também centros irradiadores do sentido que subjaz ao Espírito Santo (a partilha), já que as mesmas se abrem à comunidade; as casas dos últimos são também focos polinizadores do Amor de Cristo, bem como pólos irradiadores e de concentração da Folia: os *Balhos das*

Castanholas.

A igreja/templo é o lugar onde se agrega a comunidade para consolidar a Ideia do Espírito Santo; ou seja, o reforço das relações humanas para o Bem de Deus. Veja-se o caso das *coroações*; preste-se atenção à Missa Solene Cantada das Bandeiras, com o sermão do pároco “de fora”. O Barracão é o lugar, por excelência, onde a comunidade se aglomera para, a partir do *sacrifício animal*, fortalecer os seus laços e, pela partilha da carne, o sentido do Amor de Deus. Em rigor, é no Barracão que se vive, grandemente, a Festa. Da terça-feira, início da decoração do mesmo, passando pelo abate dos gueixos, corte e exposição das *pensões*, na sexta-feira, até ao dia da sua distribuição, Sábado, no Barracão a azáfama é total. Com alguma segurança, podemos afirmar que é para o Barracão que toda a comunidade concentra a sua atenção, já que é nele que, como espaço neutral; ou seja, pertença de todos, se processa, em grande escala, o sentido cíclico da Festa: o renovar da relação entre os homens e Deus; entre a comunidade e o Espírito Santo. Quanto às Coroas, há a acrescentar os



Arquivo Museu R. Grande

O sacrifício do gueixo

A freguesia de Rabo de Peixe nutre um grande fascínio pelo touro, vulgarmente, conhecido por gueixo. “Não pode haver Festa sem gueixo, é ele quem dá entusiasmo à Festa”, diz um morador da freguesia. É nas Bandeiras e nas Despensas que o gueixo marca forte presença. A Sexta-feira do abate do animal, para as Bandeiras, e o dia da *saída das despensas* (as dos *homens do mar* no Pentecostes e as dos *homens da terra* na Santíssima Trindade), onde também são abatidos gueixos, um por cada Despensa, são dois momentos relevantes nas Festas. O ritual diverge nas duas festividades. O abate dos gueixos das Bandeiras é precedido por duas séries de *corridas*: a *corrida* nos pastos e a *corrida* pelas ruas da freguesia. A primeira situação, revela-se como o momento onde, com a ajuda do Encarregado dos Gueixos, se escolhe os potenciais animais a serem abatidos. Já o segundo momento, aponta para o sinal de que toda a comunidade partilha do *sacrifício animal*; ou seja, legítima-o, comungando do acto sacrificial. Nem todos os animais que são *corridos* e que *correm* são abatidos, uma vez que o número de Criadores suplantam o número do gado a abater. No Barracão, no *quarto da matança*, o animal é imobilizado com um *florete*, sendo de imediato sangrado. É uso o aproveitamento do sangue do animal que se vai abatendo. Depois de sangrado, o gueixo é dependurado pelas patas traseiras num esquema de roldana, com o fim de ser *esfolado*. O animal sai da sala de matança dividido em quatro partes: duas da dianteira e duas da traseira. É de imediato pesado e dependurado, com um gancho de

ferro, nas traves da parte interior coberta do Barracão. As vísceras aproveitáveis são dependuradas no lado interior coberto nascente do Barracão. A carne é dividida em *pensões* e dependurada nas paredes interiores cobertas do Barracão, logo após a *benção da carne* pelo pároco da freguesia, situação essa que acontece sempre antes da meia-noite, e no caso precedida de um pequeno cortejo entre a igreja e o Barracão. É da tradição acabar-se o trabalho do corte das *pensões* na madrugada do Sábado da Festa. Para as Despensas o *sacrifício* do gueixo é também antecedido de um conjunto de pequenos ritos. Por exemplo, as *despensas dos pescadores*, sempre ao som das suas músicas e balhos, vão buscar os seus animais à zona da Eira, às vezes à área da Cruz, levando-os à sua frente e fazendo-os *correr* em frente da igreja do Bom Jesus, bem como pela porta dos despenseiros. Os animais das *despensas dos pescadores* são *abatidos* no “calhau”, a expressão é corrente, envoltos num círculo comunitário com sintomas de laços sociais muitos coesos. Em todo o procedimento do abate, do acto de tornar o animal inanimado, passando pela sangria, até ao desmanche, a comunidade não arreda pé. Se para as Bandeiras a Comunidade participa, em termos subliminares, na morte do gueixo, se bem que não há muitos anos atrás o sacrifício animal no Barracão tinha a participação de elementos comunitários mais abrangentes, para as *despensas dos pescadores* a participação da comunidade dá-se *in loco*.

Arraial e a folia

O arraial e a folia são dois elementos que variam, em densidade, nas três festividades, podendo, por isso, apresentar uma nova hierarquia. Das Despensas, passando pelas Coroas, até às Bandeiras podemos dizer que o divertimento decresce; ou seja, quanto menos relação com o Divino, mais arraial e folia. Nas Despensas o seu terreno de actuação ou função remete, em permanência, para a folia, para o despique:



*Dentro do meu peito tenho
Um pianinho de vidro
É donde o meu amor se senta
Quando vem falar comigo*

*O meu coração é terra
Eu vou o mandar cavar
Para semear desejos
Que eu tenho para te falar*

Por outro lado, nas Despensas, facto que não acontecesse com as Coroas ou até mesmo com as Bandeiras, a folia, ou a diversão, não é circunscrita a um determinado espaço. Para além da casa dos despenseiros, a freguesia é, por excelência, o espaço das Despensas: as suas Ruas, Largos, Cruzamentos, e até mesmo as casas

dos despenseiros e de todos os mordomos presentes e futuros estão à mercê dos *grupos de castanholas*. Nas Coroas, o arraial, com todo o ambiente de diversão que exige, não é um dado primeiro, já que aparece em segundo plano; isto é, depois da *coroação*. Veja-se que só quando se *monta o império* é que o mesmo surge. A Coroa da São João ostentou no Charco um ambiente de arraial completo; isto é, manteve todos os componentes imprescindíveis em redor do *império*: um bazar, um palanquim, um palco coberto, uma barraca de comes e bebes, o local para as arrematações das dádivas, a música ambiente. A noite de São João foi abrilhantada com uma *marcha* da iniciativa do mordomo. Finalmente, nas Bandeiras a folia ou o arraial não são de primeira importância. É certo, que dependem da gestão dos mordomos, no entanto, eles, ao que pode parecer, estão em último lugar; quer dizer, a Festa não é feita para que o divertimento tenha uma importância extrema: nela o que interessa é a dimensão religiosa. Em conclusão, podemos adiantar que do ponto de vista profano as festividades formam uma outra hierarquia, sendo que as Despensas se encontram no seu topo, as Coroas em segundo lugar e, por fim, as Bandeiras.

Distribuir o alimento

É uma situação que diverge entre as três categorias do Divino Espírito Santo, bem como, em cada ano, tal situação está dependente do mordomo em *função*. Vejamos o caso das Bandeiras. Para além da *distribuição* das *pensões* - ao

lugares onde *armam* os seus *impérios* ou *teatros*. Duas delas têm *império* fixo: é o caso das Coroas de São Sebastião (Rua de São Sebastião) e do Rosário (Rua do Rosário). As restantes quatro: a Coroa da Caridade, na Eira (Rua do Rosário); a dos Inocentes, na Praça; a de São João, no Charco (zona Sul da freguesia); e a de São Pedro, na Cova de São Pedro (Poente da Rua da Alegria). Já as Ruas, Largos e Cruzamentos são os lugares fortes para a actuação das Despensas. Durante os dias em que as mesmas saem à rua, o ambiente é de êxtase. As *castanholas* são inebriantes.

longo da semana da Festa distribui-se a massa sovada, e, na tarde do Sábado, o pão, a carne e o vinho de cheiro -, bem como de *esmolas* que, à parte das *pensões*, podem, solidariamente, ser distribuídas, a casa do mordomo em *função* abre-se aos convivas, aos *irmãos* e aos *ajudantes*, com vista à *distribuição* do alimento, em todos os actos cruciais das festividades: *nas corridas das duas irmandades, após a abertura do quarto onde se expõe a bandeira, nos convites para uma visita à casa dos mordomos, na corrida dos gueixos nas pastagens, na ceia dos criadores, na quinta-feira dos ramalheiros, na Sexta-Feira e no Sábado da Festa*. Contudo, no Domingo, depois da Missa e do Cortejo de entrega da Bandeira, a casa do mordomo cessante ainda se abre aos convivas. No acto de entrega da Bandeira ao mordomo futuro, inclusive, a casa deste também se abre aos que participaram no Cortejo e a todos os que lhe vão dando os parabéns, como que a dar a ideia de que a Festa recomeçou. As Coroas divergem entre si quanto à *distribuição* do alimento (carne, massa sovada, vinho, *ceia dos criadores*). No entanto, apontam-se dois exemplos quanto àquilo que de comum apresentam: as casas dos mordomos abrem-se aos convivas no momento que se segue à *abertura do quarto*; ou seja, depois da *coroação*, e, tal como nas Bandeiras, logo após a entrega das Coroas aos mordomos futuros. Nas Despensas a *distribuição* do alimento (carne) é feita na direcção de todos os que contribuem, ao longo do ano, para a Festa.

Entregar o Divino

Cavalladas de São Pedro fecham as Festas

As Cavalladas de São Pedro da freguesia de Rabo de Peixe estão intimamente relacionadas com o culto do Divino Espírito Santo: são elas que encerram o seu Ciclo festivo. Tendo, inicialmente, como participantes os Cavaleiros que regressavam das Cavalladas de São Pedro, freguesia da Ribeira Seca,



Concelho da Ribeira Grande, hoje, podem ser consideradas um cortejo autónomo. ("O Senhor [José] Amaral [da Luz] dizia a embaixada lá na [Ribeira Seca] e depois vinha para aqui"; testemunho de Agostinho Tavares Labão, 80 anos). A concentração dos Cavaleiros dá-se na Alameda do Bom Jesus. Seguem depois para a igreja paroquial (a do Bom Jesus, que não abre as suas portas), onde os dois Vassallos e o Rei declamam a sua *embaixada*. Em seguida, o cortejo cavalga até à Cova de São Pedro, declamando em frente ao seu *império*, e em ambiente de manifesto arraial, a

mesma *embaixada*, a qual apela ao exemplo de vida que é a do Apóstolo na sua relação com Cristo.

Primeiro Vassallo:

*Pedro sempre acompanhara
A Cristo na pregação
Aos amigos convidava
E a todos animava
Na via da redenção*

Segundo Vassallo:

*Foste o cérebro do Senhor
Que se chama Jesus
Foste o melhor redentor
E também um protector
Até ao alto da Cruz*

Rei:

*Boa tarde nobre Santo
Grande Santo de valia
O vosso poder é tanto
E o Divino Espírito Santo
Esteja em vossa companhia*

Entregar o Divino

A entrega do Divino Espírito Santo aos mordomos futuros não é feita com base no sistema de *tirar sortes*. Em regra, as Comissões das Bandeiras e das Coroas e uma Comissão Paroquial optem pelos novos mordomos, e sob pedido destes, tendo como referência quatro critérios: ser católico *praticante*, ser bom *pai de família*, possuir uma postura moral exemplar e ter possibilidades económicas. Dado o manifesto respeito em redor do Divino Espírito Santo, pretende-se que o mesmo não degenera; isto é, que não seja colocado entre mãos

descuidadas.

As Bandeiras entreguem as suas insígnias no dia dos Corteios das suas respectivas Festas; isto é, no Domingo do Pentecostes para a Bandeira da Beneficência e no Domingo da Santíssima Trindade para a Bandeira da Caridade. As Coroas fazem-no na noite do último dia em que os seus *impérios* se encontram montados; quer dizer, depois de findos os seus arraiais. Os novos mordomos das Bandeiras e das Coroas expõem as insígnias do Divino Espírito Santo, em quartos também devidamente preparados, onde o *cetim* e a *boca de cena* são tónicas dominantes. Nas Despesas não há entrega de insígnias do Divino, uma vez que as mesmas não as possuem. Aliás, a sua matriz espontânea não o possibilita.

Logo após o dia de São Pedro, e depois de todas as passagens de testemunho, o Divino Espírito Santo fica na intimidade.



Produtos Regionais
A qualidade acima de tudo!

de Paulo Jorge Sousa

Rua do Rosário, 77 9600 - Rabo de Peixe
Mercado da Graça 9500 - Ponta Delgada

Tel./Fax: 296 491 219
Telefone: 296 287 252
Móvel: 969 049 392

Glossário

Abrir o quarto: Acto de expor as insígnias do Espírito Santo num quarto. Nas Bandeiras acontece no fim da Segunda Corrida da Irmandade; nas Coroas, depois da *coroação* na igreja do Bom Jesus.

Armar o império: Ligado às Coroas. Duas Coroas têm império fixo: a de São Sebastião e a do Rosário. A dos Inocentes, a da Caridade, a de São João e a de São Pedro possuem *impérios* ou *teatros* que são armados ou montados em locais, conforme o uso, já definidos, respectivamente, na Praça, na Eira, no Charco e na Cova de São Pedro.

Barracão: Local desactivado de venda de peixe. Situado no coração da freguesia, junto à Praça. Hoje, espaço para o abate dos gueixos, divisão e exposição da carne das Bandeiras.

Bandeira: Festividade cuja única insígnia do Divino Espírito Santo é uma bandeira. Existem duas Bandeiras: a da Caridade (com origem na segunda metade do século XIX) e a da Beneficência (reorganizada nos anos sessenta do século XX).

Cavalladas: Conhecidas como Cavalladas de São Pedro. Os seus Cavaleiros trajam à semelhança dos das Cavalladas de São Pedro, freguesia da Ribeira Seca, Ribeira Grande. Saem à rua, no fim da tarde, no dia 29 de Junho. Fazem *embaixadas* em frente à igreja do Bom Jesus e junto do *império* de São Pedro, na Cova de São Pedro, a poente da Rua da Alegria. São elas que fecham o Ciclo das Festas do Espírito Santo na freguesia.

Coroas: Festividades cujas insígnias do Espírito Santo são uma bandeira, uma coroa e um ceptro. Existem seis Coroas: Inocentes, São Sebastião, Caridade, Rosário, São João e São Pedro. As suas insígnias são iguais às das festividades do *sistema* das Domingas.

Coroação: Ritual que só acontece nas Coroas. Dá-se na igreja do Bom Jesus.

Correr a irmandade: Prende-se, essencialmente, com as Bandeiras. Primeira Irmandade: percorrer a freguesia para convidar *irmãos* para colaborarem na Festa. Segunda

Irmandade: percorrer a freguesia para confirmar quem, efectivamente, quer ser *irmão*.

Correr os gueixos: Relaciona-se com as Bandeiras. Correr os gueixos nas pastagens: ronda por todas as pastagens onde existem gueixos da Bandeira, cujo objectivo também se prende com a escolha dos que vão para abate. Correr os gueixos nas ruas: acontece na Sexta-Feira da Festa. É um rito que, numa espécie de legitimação, faz toda a freguesia participar na morte do animal.

Despesas: Festividades que não possuem qualquer insígnia do Espírito Santo. Uma Despesa identifica-se na íntegra com um grupo ou *balho de castanholas*. Existem as dos *homens do mar* e as dos *homens da terra*. Algumas perduram há vários anos, porém, é sempre imprevisível o número das que poderão *sair*.

Esmolas: No caso das Bandeiras, para além daquelas incluídas nas pensões de *irmão*, o mordomo em *função* pode mandar dividir *esmolos* para serem distribuídas junto da sua porta ou até mesmo durante o cortejo de distribuição das pensões.

Irmão: Aquele que contribui para a festividade. No caso das Bandeiras, a sua contribuição monetária (dáviva) leva à correspondente contra-dáviva (pensão de *irmão*).

Mordomo futuro: O mordomo novo.

Pensões: Relacionadas, em especial, com as Bandeiras. Existem as pensões de *irmão* e de *criador*. A de *irmão*: 1 bolo de massa sovada; 2 pães de trigo; 2 Kg de carne com osso; 1 Kg de carne de lombo; uma *esmola* com cerca de 1.200 Kg de carne com osso; e 1 litro de vinho de cheiro. A de *criador*: 2 argolas de massa sovada; 4 pães de trigo; 4 Kg de carne com osso; 2 Kg de carne de lombo; e um *convite* (língua, fígado, coração, pâncreas, rabo, rins e 8 Kg carne variada – a língua e o rabo são para os *criadores* dos animais abatidos).

Ramalheiros: Vulgo ramos, ramagens, verdura. Os preponderantes são de criptoméria.

Cronologia paralela entre o Calendário Litúrgico e as Festividades em honra do Espírito Santo, Freguesia de Rabo de Peixe, ano de 2001

Calendário Litúrgico

15 de Abril – Páscoa
22 de Abril – 2.º Domingo da Páscoa
29 de Abril – 3.º Domingo da Páscoa

06 de Maio – 4.º Domingo da Páscoa

13 de Maio – 5.º Domingo da Páscoa

20 de Maio – 6.º Domingo da Páscoa
27 de Maio – Ascensão do Senhor

03 de Junho - Solenidade do Pentecostes

04 de Junho -

10 de Junho – Santíssima Trindade

14 de Junho – Corpo de Deus
17 de Junho – 11.º Domingo Comum
24 de Junho – São João Baptista
29 de Junho – São Pedro

Calendário do Divino Espírito Santo

1.ª Irmandade/Bandeira da Beneficência
1.ª Irmandade/Bandeira da Caridade
Coroações: Coroa de São Sebastião
Coroa da Caridade
2.ª Irmandade/Bandeira da Beneficência
Coroações: Coroa dos Inocentes
Coroa do Rosário
2.ª Irmandade/Bandeira da Caridade
Coroação: Coroa de São João
Festa do Santo Cristo dos Milagres
Coroação: Coroa de São Pedro
Festa de São Pedro Gonçalves
Cortejo da Bandeira da Beneficência
Saída: Despesas dos *homens do mar*
Dia da Pombinha
Coroa de São Sebastião: *império*
Cortejo da Bandeira da Caridade
Coroa da Caridade: *império*
Saída: Despesas dos *homens da terra*
Coroa dos Inocentes: *império*
Coroa do Rosário: *império*
Coroa de São João: *império*
Coroa de São Pedro: *império*
Cavalladas de São Pedro

Bibliografia: António Pedro Rebêlo Costa, *A Nossa Memória Colectiva, Rabo de Peixe – 500 anos de história*, inédito, s.d., cópia gentilmente concedida); João Leal, *As Festas do Espírito Santo nos Açores, Um Estudo de Antropologia Social*, 1994; J. Leite de Vasconcelos, *Mês de Sonho*, 1992; Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. III, 1974; *Livro da[s] Actas da Comissão das Festas de Pentecostes em Rabo de Peixe*, 14-8-1963; Manuel Breda Simões, *Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores*, 1987; Mário Moura, "Cavalladas de São Pedro, Espírito Santo, Folia e Bandeira da Ribeira Grande", in Suplemento do Jornal *A Estrela Oriental*, Julho de 2001; Moisés do Espírito Santo, *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, seguido de *Ensaio Sobre Toponímia Antiga*, 1988; Pinharanda Gomes, *A Cidade Nova*, 1999; Sigmund Feud, *Totem e Tabu*, 2001.